



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**ELIEUTON SAMPAIO GOIS**

**DA IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA INTERRUÇÃO NA  
RELAÇÃO ENTRE FALTA GRAVE E REINÍCIO DO TEMPO DE 1/6 DA  
PENA PARA FIM DE PROGRESSÃO DE REGIME**

**Brasília  
2010**

**ELIEUTON SAMPAIO GOIS**

**DA IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA INTERRUPÇÃO NA  
RELAÇÃO ENTRE FALTA GRAVE E REINÍCIO DO TEMPO DE 1/6 DA  
PENA PARA FIM DE PROGRESSÃO DE REGIME**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Penal e Processual Penal aplicado à atividade profissional.

Orientadora: Profa. Eneida Taquary.

**Brasília  
2010**

**ELIEUTON SAMPAIO GOIS**

**DA IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA INTERRUPÇÃO NA  
RELAÇÃO ENTRE FALTA GRAVE E REINÍCIO DO TEMPO DE 1/6 DA  
PENA PARA FIM DE PROGRESSÃO DE REGIME**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Penal e Processual Penal aplicado à atividade profissional.

Orientadora: Profa. Eneida Taquary.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

**Banca Examinadora**

---

Prof.

---

Prof.

---

Prof.

Dedico esta monografia a Deus, que tem me proporcionado tempo, inspiração e as pessoas que mais amo: Régula e Eliete.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus, que tem usado minha família e pessoas como os professores Gilson Ciarallo e Eneida Taquary. Fundamentais para a conclusão deste trabalho monográfico.

*O que se exige do homem é que seja útil ao maior número de semelhantes, [...] Ao tornar-se útil para os demais, acaba por iniciar um trabalho comunitário. Da mesma forma como quem se degenera prejudica não apenas a si, mas também a todos os quais poderia prestar auxílio caso fosse melhor [...].*

**SÊNECA**  
*Da tranquilidade da alma*

## RESUMO

Esta monografia tem como escopo evidenciar a importância do uso da boa técnica jurídica quando da aplicação de institutos como “interrupção” e “prazo” na seara da progressão de regime prisional; principalmente por se tratar de tema de grande demanda nos Tribunais Superiores, a exigir constante atualização dos julgadores e operadores jurídicos em geral. Para o alcance do problema e seu destaque, contextualizou-se a progressão de regime na Constituição Federal de 1988 e nas leis regulamentadoras do princípio constitucional da Individualização da Pena. Primeiramente, abordaram-se conceito, natureza jurídica, componentes e requisitos condicionantes ao exercício da progressão e – mantendo o foco na CF/88 – foi dado especial destaque ao Exame Criminológico e à redação mais recente do art. 112 da Lei de Execução Penal, a qual faz menção expressa a “Bom Comportamento”. Em seguida, continuando com a revisão bibliográfica e acrescentando a apreciação de julgados dos Tribunais Superiores, identificaram-se casos de aplicação equivocada dos institutos interrupção e prazo. De toda a análise, resultaram evidentes a natureza jurídica indisponível da progressão de regime, a imprescindibilidade do requisito subjetivo na progressão para obediência aos ditames constitucionais, a natureza objetiva do Bom Comportamento e a importância do Exame Criminológico como o mais eficiente instrumento de verificação do condicionamento psicossocial do preso. Finalmente, adicionaram-se aos demais resultados o fato de não tratar-se de “prazo” o período de 1/6; além de que o reinício do período referido em decorrência de falta grave – corretamente aplicado – não decorre do instituto da “interrupção”.

**Palavras-chave:** Individualização da pena. Progressão de Regime Prisional. Exame Criminológico. Bom comportamento. Reinício do período de 1/6.

## ABSTRACT

This monograph aims to highlight the importance of using legal expertise in the application of institutes such as "interruption" and "deadline" in the field of "progression of the prison regime", mainly because it is a subject of great demand in Superior Courts, demanding constant updating of judges and legal practitioners in general. In order to reach the problem and its prominence, has been contextualized the "progression of regime" in the Federal Constitution of 1988 (CF/88) as well as the laws regulating the constitutional principle of "individualization of punishment". First, has been approached concept, legal nature, components and requirements conditioned to the exercise of "progression", and - considering CF/88 - has been given special emphasis to the Criminological Examination and the latest edition of art. 112 of the Penal Execution Law, which expressly refers to "good behavior". Then, continuing with the review on bibliography on the subject and adding assessment of trial of the Superior Courts, has been identified cases of misapplication of the institutes "interruption" and "deadline". As a result of analysis, became evident the unavailable legal nature of the "progression of the prison regime", the indispensability of the subjective requirement for "progression" in obedience to constitutional principles, the objective nature of "good behavior" and the importance of the Criminological Examination as the most efficient tool to verify psychosocial conditioning of prisoners. Finally, has been added to other results the fact that it was not about "deadline" the period of 1/6, in addition to it the resumption of that period due to serious misconduct - properly applied - does not originate from the institute "interruption".

**Key-Words:** Individualization of punishment. Progression of the prison regime. Criminological Examination. Good behavior. Resumption of the period of 1/6.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>1 CONCEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL</b>	12
1.1 ORIGEM HISTÓRICA DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	12
1.2 FUNÇÕES DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E A CF/88	15
1.3 CONCEITO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	17
1.4 ESPÉCIES DE REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA	20
1.5 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL	22
1.6 REQUISITOS PARA AQUISIÇÃO DA PROGRESSÃO DE REGIME	24
<b>2 ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA AQUISIÇÃO DA PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL</b>	27
2.1 CONCEITO DE CONDIÇÃO E REQUISITO	27
2.2 REQUISITO SUBJETIVO	28
2.2.1 Considerações iniciais	28
2.2.2 Conceito de Mérito	29
2.2.3 Exame Criminológico	32
2.2.4 Análise objetiva do requisito subjetivo	37
2.3 REQUISITOS OBJETIVOS	39
2.3.1 Breve consideração	39
2.3.2 Requisito objetivo-comportamental (Bom Comportamento)	39
2.3.3 Possível inconstitucionalidade do art. 112 da Lei de Execução Penal	42
2.3.4 Requisito objetivo-temporal	44
2.3.4.1 Regra geral	44
2.3.4.2 Regra específica para o caso de crimes hediondos e equiparados	46
<b>3 DO REINÍCIO OU NÃO DO PERÍODO DE 1/6 DE CUMPRIMENTO DA PENA EM FUNÇÃO DA FALTA GRAVE</b>	49
3.1 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA INTERRUPÇÃO DE PRAZOS	49
3.1.1 Conceito, espécies de prazos e seus elementos	49
3.1.2 Conceitos de suspensão e interrupção de prazos	52
3.2 ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	55
3.2.1 Identificação dos julgados	55
3.2.2 Análise dos julgados quanto à eventual necessidade de reinício de prazo em razão de falta grave	59
<b>CONCLUSÃO</b>	64
<b>REFERÊNCIAS</b>	69

## INTRODUÇÃO

A progressão de regime prisional como direito à aplicação da garantia à individualização da pena é tema constantemente debatido por toda a doutrina e por tribunais em todo o território brasileiro.

Entrando-se em contato com divergências referentes à aplicação da progressão de regime, seus requisitos e correspondentes naturezas jurídicas, além dos efeitos teóricos e pragmáticos, leva-se a concluir que a demanda de ações tratadoras da matéria é significativa, requerendo de seus aplicadores constante aperfeiçoamento.

A identificação de institutos jurídicos, a exemplo da progressão, e sua correta aplicação aos casos concretos, surgidos no cotidiano social, são exigências ao cumprimento do papel do Direito e de seus agentes aplicadores. Buscou-se, desta feita, melhor compreensão dos institutos técnico-jurídicos pertinentes ao tema, priorizando-se sua aplicação no contexto original de seu nascimento, na constante procura da correta técnica.

A adequada aplicação dos institutos jurídicos provoca, em geral, maior segurança jurídica e consequente paz social, enfaticamente quando se trata de direito garantido constitucionalmente ao grande grupo de pessoas submetidas a penas privativas de liberdade em todo o Brasil.

Facilitar a compreensão da progressão de regime prisional a partir dos requisitos exigidos para sua aplicação; procurando demonstrar distinção entre o instituto da interrupção de prazos – destacando seu propósito de aplicação – e

reinício do período mínimo de 1/6 em razão do cometimento de falta grave, em geral, objetivou a atividade monográfica.

Diversas questões surgidas por ocasião da pesquisa desenrolam-se até concentrar-se a atividade no específico objeto e problemática. Entre as questões, citam-se, por capítulo, o seguinte:

No 1º capítulo, tratou-se de problema relativo à indisponibilidade do direito ao exercício da progressão;

Já no 2º capítulo, mais questões foram destacadas, senão vejamos: a) conceito e natureza jurídica de “Mérito”, no contexto da verificação da completude dos requisitos a serem verificados para a progressão; b) necessidade de análise objetiva do requisito subjetivo; c) importância do exame criminológico como, sob os aspectos fático e teórico, instrumento-chave à apreciação do requisito subjetivo; d) conceito e natureza jurídica do “bom comportamento”, o qual deve ser entendido como requisito objetivo; e) discussão sobre possível inconstitucionalidade do art. 112 da Lei de Execução Penal.

Dando continuidade ao aspecto estrutural da monografia, o 3º capítulo concentrou-se na apreciação dos institutos “prazo” e “interrupção” por meio da análise de jurisprudência específica.

Finalmente, e não menos relevante é afirmar que para o alcance do propósito, a atividade embasa-se basicamente em revisão bibliográfica, além da apreciação de jurisprudência qualificada por meio da identificação e análise de diversos julgados de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal

Federal, os quais indicam discussões a respeito do tema e atual entendimento desses órgãos superiores.

## 1 CONCEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL

Aborda-se neste capítulo, primeiramente, a individualização da pena, abrangendo conceito, origem histórica e suas funções. Assim, contextualizam-se os regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade, progressões de regimes e seus requisitos.

### 1.1 ORIGEM HISTÓRICA DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

Sob o ponto de vista histórico-temporal, existe idéia da remota personalização ou individualização da pena: na Roma Antiga, por exemplo, e em várias nações germânicas existiam penas mais brandas e sem caráter desonroso para aqueles que detinham condições especiais privilegiadas como religião, classe social etc.; já para os que não possuíam semelhantes prerrogativas, as penas tinham caráter eminentemente desonroso e difamante, escolhidas as mais severas dentre as existentes na época (BARROS, 2001).

Entende-se que a idéia de individualização penal acima citada não se assemelha com o que se atribui hoje ao instituto, pois atualmente tem o caráter de discriminar em razão de condições subjetivas do apenado, além da conduta objetivamente considerada<sup>1</sup>.

Afirmar que aplicar penas distintas a indivíduos que cometem mesma infração em razão de condições objetivas como religião e classe social nada mais é do que discriminar no seu sentido pejorativo, sendo um atuar arbitrário, burlando os

---

<sup>1</sup> Os arts. 5º e 6º da Lei de Execução Penal (BRASIL, 2010g) dispõe, respectivamente, o seguinte: “Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal” e “A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório”.

princípios da igualdade, impessoalidade e da própria individualização penal como entendida hoje, a qual se baseia na razoabilidade e discricionariedade, inclusive fundamentada. Defende-se que embora parecido, não se tratava de algo nem mesmo análogo à individualização da pena, pois hoje o instituto tem a finalidade de atribuir penalidade adequada à personalidade do agente, considerando elementos como: sexo e idade, além de psicossociais, inclusive padrão de comportamento, sem se esquecer da singularidade das circunstâncias de sua conduta criminosa e da natureza do delito (art. 5º, XLVIII, da Constituição Federal de 1988).

Predominava na Idade Média a aplicação de sanção penal ilimitada em seu aspecto quantitativo. Segundo Bitencourt (1999, p. 576) “[...] talvez esse fosse o sistema mais conforme à idéia retribucionista, isto é, à justa e rigorosa adequação da pena ao crime e ao delinqüente.” Não havia, pois, pena fixa e muito menos preocupação com direitos fundamentais como a “dignidade humana”<sup>2</sup>. O fim precípua da pena era exclusivamente de retribuir o mal realizado pelo delinqüente.

Houve reações à aplicação da pena sem limites formais. O arbítrio judicial da época, provocador de iniquidades e de insegurança social, foi observado por estudiosos influenciados por idéias modernas e iluministas. Um dos maiores críticos, por exemplo, do sistema supramencionado foi Cesare de Beccaria, o qual defendeu reforma no Direito Punitivo (BITENCOURT, 1999).

A iniquidade resultante do arbítrio do magistrado, conforme referido, foi elemento ensejador de transformações expressas pela idéia de fixação da pena e

---

<sup>2</sup> Não há, em regra, nos países ditos democráticos de Direito, aplicação formal de pena sem relação ou em desobediência ao ditame maior de conservar a dignidade humana em todos os seus aspectos. O Brasil, por exemplo, adota expressamente o princípio da dignidade humana como seu fundamento, senão vejamos: Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2010c), “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana; [...]”.

precisa definição formal do crime, limitando, dessa forma, o poder do magistrado (BITENCOURT, 1999). No entanto, segundo o mesmo autor, Beccaria entendia que ao juiz não caberia interpretar normas, devendo limitar-se a aplicá-las mecanicamente.

Da mudança do arbítrio do juiz com a indeterminação da pena à determinação inflexível, fixada com absoluto rigor e defendida por Cesare de Beccaria, não se observou mudanças que correspondessem ao propósito de adequar a pena à conduta e ao apenado. Extremos opostos e absolutos; espécies distintas do mesmo mal. Tal constatação provocou a idealização do “sistema de indeterminação relativa da pena”<sup>3</sup>, o qual perdura em sua essência até os dias de hoje na maioria dos países, a citar o Brasil.

Muito embora o Período Antigo e a Idade Média não se resumam aos atributos descritos quanto ao tema, são seus maiores destaques. Da moderna para a fase contemporânea de aplicação da pena, a indeterminação relativa da pena surgiu não só como idéia, mas como sistema a ser perquirido (BITENCOURT, 1999).

As legislações modernas baseiam-se na idéia de que cabe ao juiz a fixação da pena não de maneira arbitrária, porém dentro de limites determinados pela legislação. Estabeleceu-se, por conseguinte, um meio termo entre a arbitrariedade do juiz e a atribuição funcional mecanicista e absoluta de sua função primeira<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Sistema por meio do qual se estabelece abstratamente limites dentro dos quais o magistrado discricionariamente deve atribuir a pena ao condenado. Ferreira (1997) apresenta seqüência através da qual, no sistema brasileiro, o juiz deve chegar a aplicar a pena ao condenado: a) escolha da pena; b) fixação da pena-base; c) circunstâncias legais (agravantes e atenuantes); d) causas especiais de aumento ou diminuição de pena; e) regime inicial de cumprimento de pena; f) substituições; g) suspensão condicional da pena (sursis); h) fundamentação dos efeitos secundários da sentença condenatória; e i) aplicação da pena de multa”.

<sup>4</sup> O Judiciário, à semelhança de cada poder estatal, detém funções primárias e secundárias. Cabe a ele precipuamente julgar, porém possui em segundo plano a função executiva e legislativa.

Do que exposto, apregoa Prado (2008, p. 139) o seguinte:

O princípio da individualização da pena, conforme a cominação legal (espécie e quantidade) e a determinar a forma da sua execução. [...] Em suma, a pena deve estar proporcionada ou adequada à magnitude da lesão ao bem jurídico representado pelo delito e a medida de segurança à periculosidade criminal do agente.

## 1.2 FUNÇÕES DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E A CF/88

O princípio da individualização da pena tem expressa previsão constitucional no Brasil. É possível observar que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2010c) dedicou em dispositivos referentes a princípios e garantias fundamentais a tutela do direito à aplicação da pena individualizada.

Dispõe o art. 5º, XLVI, da CF/88 (BRASIL, 2010c), o seguinte: “a lei regulará a individualização da pena [...]”. Com o mesmo desiderato, o legislador constituinte apregoa que “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;” (art. 5º, XLVIII, da CF/88).

Individualizar a pena consiste, em poucas palavras, em estabelecer relação entre a pena, seu cumprimento (forma), o apenado e sua conduta. O propósito é atribuir ao condenado e sua conduta uma pena com correspondentes espécie e quantificação com o fim maior de reeducá-lo, ressocializando-o<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> “[...] todas as reflexões sobre a justificação da pena, inspiradas pelo pensamento democrático, podem ser resumidas em quatro teses: a) ‘A pena serve à reinserção social do delinquente (ressocialização) e à proteção da comunidade (prevenção geral); b) A pena não pode superar em sua gravidade, o grau de culpabilidade do delinquente (função limitadora do princípio da culpabilidade); c) A pena pode ser inferior ao que corresponde ao grau de culpabilidade (basta que se aproxime ao dito grau e seja preciso para conseguir a reinserção social do delinquente e a proteção da comunidade; e d) Dentro do possível, a pena não deve impor-se em virtude da proteção da comunidade, em uma extensão maior do que exija a reinserção do delinquente” (ROXIN, 1981 apud GOULART, 1994, p. 50).



Segundo Letícia Assunção Torres (2006), as atuais funções da individualização são: reeducação e ressocialização do preso, evitar a padronização da sanção, regeneração do apenado e sua reabilitação individual, oportunizando reinserção social. Nas palavras de Sidio Rosa de Mesquita Júnior (2007, p. 15):

O princípio da individualização da pena decorre do princípio da isonomia, eis que este traduz a idéia de que os desiguais devem ser tratados distintamente, isso na medida de suas diferenças.

Na lição de Mirabete (2004, p. 48), “a individualização é uma das chamadas garantias [...], constituindo postulado básico de justiça.”.

Individualizar a pena, pois, é mandamento constitucional, classificada como “cláusula pétrea”<sup>6</sup>. Sua infração está maculada de desrespeito à ordem constitucional vigente, ferindo não só os dispositivos supramencionados, mas, inclusive, o princípio da isonomia e, principalmente, a persecução da dignidade humana, a qual possui expressa proteção no art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988<sup>7</sup> (BRASIL, 2010c), com *status* de fundamento da República Federativa do Brasil.

Não há outra interpretação, senão a que aponta como destinatários da determinação constitucional incondicional da individualização, os legisladores, o judiciário e a administração executiva da pena.

---

<sup>6</sup> “Determinadas matérias não podem ser objeto de modificação na Constituição Federal de 1988. São as denominadas cláusulas pétreas, o cerne fixo da Constituição, a parte imutável do Texto Constitucional”. Pinho (2006, p. 24). São normas expressas no texto da Constituição Federal de 1988 que não podem ser nem mesmo modificadas pelo Poder Constituinte derivado (limitações materiais expressas ao poder constituinte derivado).

<sup>7</sup> “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana; [...]”.

### 1.3 CONCEITO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

Segundo Marques (1966 apud MARANHÃO, 2008), o sistema de indeterminação relativa da pena, comumente conhecido como individualização da pena se dá em três momentos diferentes, quais sejam: legislativo, judicial e executório ou administrativo. “Daí afirmar-se que a individualização da pena é feita em três momentos distintos, porém integrados, [...]” (BARROS, 2001, p. 109).

Na conformidade do que disposto, a individualização também deve orientar a fase de execução da pena (executória ou administrativa), independentemente da modalidade a ser cumprida pelo apenado. Dessa forma, vários são os institutos jurídicos que expressam o princípio na fase pós condenatória. Entre eles, podem ser citados os *sursis*, livramento condicional, remição, regimes de cumprimento de pena, além de progressão e regressão dos regimes existentes.

Quanto à pena privativa de liberdade, deve-se mencionar que é cumprida em obediência a regimes previstos destacadamente no Código Penal (BRASIL, 2010a), senão vejamos:

Art. 33 A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 1º. Considera-se:

- a) regime fechado, a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;
- b) regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;
- c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

§ 2º.

[...]

- a) o condenado a pena superior a oito anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;
- b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto;

c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

Deixando-se de lado antiga discussão a respeito das distinções entre reclusão e detenção, necessária e oportuna a apresentação do conceito do que se entende por regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.

Regime, como entendido na Lei nº. 7210/1984 (BRASIL, 2010g), é caracterizado como estado de cumprimento da pena decorrente do grau de redução da liberdade do apenado (PITOMBO, 1984). O estabelecimento abstrato de graus de privação de liberdade e sua fixação para o caso concreto pelo juiz, identificando o que se entende por regimes de pena, vem ao encontro do que determinado na Carta Magna de 1988. A relevância da definição do regime prisional decorre do sentido e da função da pena, que não deve ser concebida como mero instrumento de castigo, mas em consonância com os modernos desígnios que realçam a recuperação moral e social do réu.

Observa-se que os critérios determinantes do regime de cumprimento de pena são, a princípio, a quantidade de pena aplicada e o padrão de conduta social do apenado restrito à existência ou não da reincidência criminal (art. 33, § 2º, do Código Penal). Chegou à mesma conclusão o Desembargador Rui Stoco quando do relatório da Apelação 1083985-9/SP (SÃO PAULO, 1998), entendendo que o legislador previu abstratamente os graus de privação da liberdade baseado-se preponderantemente na quantidade de pena aplicada ao condenado. “o regime será especificado na sentença, observando-se, além das circunstâncias judiciais (art. 59

do Código Penal)<sup>8</sup>, o total das penas aplicadas”. (MESQUITA JÚNIOR, 2007, p. 217).

Posteriormente, durante o cumprimento da pena no regime estabelecido pelo juiz da condenação, é possível a mudança do grau de privação de liberdade, ou seja, regime de pena, agora não mais com base nos critérios quantidade de pena imputada e reincidência, mas em decorrência da quantidade de pena efetivamente cumprida, comportamento carcerário do apenado e razões de natureza subjetiva.

Quatro, pois, são os critérios, submetidos a duas combinações, a serem observados para a atribuição e mudança de regime prisional ou grau de privação de liberdade: a) para a determinação do regime inicial, tem-se quantidade de pena aplicada e reincidência, os quais combinados devem ser apreciados pelo aplicador da condenação; b) durante o cumprimento, a ser aferido pelo juízo da execução, o regime é modificado em razão da quantidade de pena cumprida e critério comportamental do preso, combinados com análise de requisito subjetivo, o que poderá demonstrar progresso ou regresso quanto ao propósito maior de reeducação social.

---

<sup>8</sup> Código Penal, art. 59: “O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I – as penas aplicáveis dentre as cominadas; II – a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; III – o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; IV – a substituição da pena privativa de liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível” (BRASIL, 2010a).

## 1.4 ESPÉCIES DE REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA

Três são as espécies de regime<sup>9</sup>, quais sejam: fechado, semiaberto e aberto, respectivamente, graus de privação máxima, médio e mínimo da liberdade do apenado.

Em relação ao regime fechado, afirma-se que deve ser cumprido em estabelecimento de segurança máxima ou média (art. 33, § 1º, “a” do Código Penal). Fica o apenado sujeito a trabalho coletivo no período diurno no interior do estabelecimento, sendo possível, excepcionalmente, o trabalho externo (art. 34 e parágrafos do Código Penal)<sup>10</sup> e isolamento no período noturno. De acordo com o art. 87 da Lei de Execução Penal<sup>11</sup> (BRASIL, 2010g), penitenciária é o estabelecimento próprio para o recluso em regime fechado.

Regime semiaberto é aquele identificado por ser cumprido em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar (art. 33, § 1º, “b”, do Código Penal). À semelhança do regime anterior, poderá o apenado exercer trabalho interno, também em grupo. Quanto ao externo, inexistindo maiores restrições. Permite-se frequência a cursos supletivos profissionalizantes (art. 35 do Código Penal)<sup>12</sup>. Conforme

---

<sup>9</sup> A Lei nº. 10792/2003 (BRASIL, 2003a) criou o RDD (regime disciplinar diferenciado), dando nova redação ao art. 52 da lei nº. 7210/1984 (BRASIL, 2010g). Apesar da denominação, não se trata de regime de cumprimento de pena, pois, na lição de Marcão (2004, p. 37), “[...] é modalidade de sanção disciplinar (art. 53, V, da LEP), e para a sua aplicação basta a prática do fato regulado”.

LEP, “Art. 52 A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: [...]”.

“Art. 53. Constituem sanções disciplinares: [...] V – inclusão no regime disciplinar diferenciado.”

<sup>10</sup> Regras especiais estão previstas para o regime fechado: CP, “Art. 34. O condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução. § 1º O condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e isolamento durante o repouso noturno. § 2º O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena. § 3º O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas”.

<sup>11</sup> “A Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado”.

<sup>12</sup> O Código Penal estabelece para o regime semiaberto o seguinte: “Art. 35. Aplica-se a norma do art. 34 deste Código, *caput*, ao condenado que inicie o cumprimento da pena em regime semiaberto. § 1º

doutrina Mesquita Júnior (2007), será o apenado submetido a este modelo de regime recolhido em celas coletivas no período noturno, distinguindo-se sobremaneira do regime fechado neste aspecto.

O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado. Deverá exercer trabalho fora do estabelecimento, além de freqüentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga (art. 36 do Código Penal). Será cumprido em casa de albergado, caracterizado por não ter estrutura de presídio, restringindo-se a vigilância à segurança das instalações.

Cabe ao poder público, sociedade e ao apenado a responsabilidade pela eficácia das medidas executivas das penas, entre as quais as previsões de regimes prisionais. Restringindo-se ao plano teórico, a já citada progressão representa resultado pragmático da existência dos diversos regimes.

Os distintos regimes não são fins em si mesmos, mas meios através dos quais o Estado encontrou obediência à individualização da pena com o propósito maior de, considerando as particularidades do preso e circunstâncias do delito (art. 59 do Código Penal), tomar medidas concretas para a ressocialização.

É no contexto específico dos diversos regimes que a progressão e a regressão dos mesmos se destacam.

---

O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. § 2º O trabalho externo é admissível, bem como a freqüência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior”.

## 1.5 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL

Vale lembrar o art. 5º, XLVI, da CF/88 (BRASIL, 2010c), o qual determina que lei deverá regular a individualização da pena. Consoante já mencionado, a progressão de regime prevista na Lei nº. 7210/1984 (BRASIL, 2010g) e no Decreto-lei nº. 2848/40 (BRASIL, 2010a), regulando o ditame constitucional, fundam-se, pois, no dispositivo constitucional mencionado, pois é a progressão uma das expressões ou fontes da individualização da pena. Dessa forma, a progressão de regime está em plena harmonia, quanto a sua finalidade, com a Lei Magna brasileira.<sup>13</sup>

Quanto ao conceito, afirma-se que implica mudança do regime mais severo para aquele menos severo ao preso.

Prescreve o art. 112 da Lei nº. 7210/1984 (BRASIL, 2010g) que “a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinado pelo juiz, [...]”. A título de reforço, deve-se mencionar o que diz o art. 33, § 2º do Código Penal brasileiro: “As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, [...]”.

Mirabete (2004, p. 387, grifou-se) dispõe o seguinte sobre o conceito de progressão de regime:

---

<sup>13</sup> Sob a dinâmica histórica da progressão de regime, Julio Fabbrini Mirabete (2004, p. 386) leciona que “diante das deficiências apresentadas pelos estabelecimentos penais e da irracionalidade na forma de cumprimento da pena privativa de liberdade, a partir do século XVIII procurou-se uma nova filosofia penal, propondo-se, afinal, sistemas penitenciários que correspondessem a essas novas idéias. Do sistema de Filadélfia, fundado no isolamento celular absoluto do condenado, passou-se para o sistema de Auburn, que preconizava o trabalho em comum em absoluto silêncio, e se chegou ao sistema Progressivo. Consistia esse, no sistema irlandês, na execução da pena em quatro estágios: o primeiro de recolhimento celular absoluto, o segundo de isolamento noturno com trabalho e estudo durante o dia, o terceiro de semiliberdade com trabalho fora da prisão e o quarto no livramento condicional.” [...].

Tendo em vista a finalidade da pena, de integração ou reinserção social, o processo de execução deve ser dinâmico, sujeito a mutações ditadas pela **resposta do condenado** ao tratamento penitenciário. Assim, ao dirigir a execução para a forma progressiva, estabelece o art. 112 a progressão, ou seja, a transferência do condenado de regime mais rigoroso a outro menos rigoroso quando demonstra condições de adaptação ao mais suave.

É direito do apenado. Constitui-se em direito daquele submetido ao regime prisional (MARCÃO, 2004), pois direito subjetivo<sup>14</sup> corresponde à prerrogativa do indivíduo de invocar a lei na defesa de seu interesse. Visto sob o ângulo subjetivo, o direito é o interesse juridicamente protegido. É o poder atribuído a alguém para fazer valer o seu interesse. (VIDIGAL, 1940). O direito à progressão, portanto, não deve ser considerado como direito processual ou instrumental, mas material. Defende-se, inclusive, ter o direito à progressão o caráter de indisponibilidade,<sup>15</sup> haja vista não depender seu exercício da vontade do Estado administração ou do preso.

O exercício do referido direito dá-se quando cumpridos requisitos previstos em lei. A apreciação da obediência ou não aos requisitos ocorre quando

---

<sup>14</sup> “Direito subjetivo [...] é o poder que o ordenamento jurídico reconhece a alguém de ter, fazer ou exigir de outrem determinado comportamento. É verdadeira permissão jurídica, ou ainda, é um poder concedido ao indivíduo para realizara seus interesses. Representa a estrutura da relação poder-dever, em que ao poder de uma das partes corresponde o dever da outra” (AMARAL, 1998, p. 549).

<sup>15</sup> Conforme lição do prof. Mirabete (2004, p. 387, grifou-se), submete-se o apenado a **tratamento penitenciário**. O referido tratamento é compulsório, pois o apenado é submetido coercitivamente à pena e ao complexo normativo dela decorrente. O apenado continua a ser sujeito de direitos, porém inserido num novo sistema normativo, no qual tem direitos e deveres específicos. O direito à progressão, não só por beneficiar o apenado, deve ser obedecido em cumprimento a ditame constitucional. Cabe ao poder público, sociedade e ao apenado a responsabilidade pela eficácia das medidas executivas das penas, entre as quais as previsões de regimes prisionais. Cumprindo os requisitos exigidos legalmente adquire o apenado o direito, cabendo à autoridade competente declará-lo e automaticamente implementá-lo a fim de que os fins da pena sejam concretizados, independentemente da vontade do titular do direito. Não é a intenção da sociedade e do poder público manter condenado em regime mais gravoso quando apresenta todas as condições subjetivas e objetivas correspondentes a regime menos gravoso. O caráter retributivo da pena se expressa encontrando-se o apenado em quaisquer regimes, já o ressocializador e reeducativo somente ocorrem quando em cada regime se encontra o condenado adequado, condicionando-se às individuais características verificadas pelo sistema. O sistema progressivo (direito) de regime beneficia o preso, o qual não pode renunciar o benefício, caso verificados os requisitos legais, então, pode-se concluir ser direito indisponível a todos que compõem a sistemática executiva da pena.



procedimento processual, de ofício ou mediante requerimento, é instaurado para esse fim.

Na concordância de toda a sistemática processual, o procedimento obedece a princípios como o da legalidade, dignidade da pessoa humana, igualdade, contraditório, ampla defesa, motivação das decisões judiciais, além da razoável duração do processo. Citando o § 1º do art. 112 da Lei de Execução Penal, introduzido pela Lei nº. 10792/2003 (BRASIL, 2003a), leciona Marcão (2004, p. 112) que “[...] a decisão que conceder ou negar a progressão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do Defensor”.

#### 1.6 REQUISITOS PARA AQUISIÇÃO DA PROGRESSÃO DE REGIME

De acordo com a Exposição de Motivos 213, de 9 de maio de 1983 (BRASIL, 1997), item 119, “a progressão deve ser uma conquista do condenado pelo seu mérito e pressupõe o cumprimento mínimo de um sexto da pena no regime inicial ou anterior”. Embora não tenha status de legislação, a referida exposição de motivos tem valor interpretativo da Lei nº. 7210/1984 (BRASIL, 2010g), principalmente quanto às técnicas teleológica e histórica.

Dessa forma, para o exercício do direito à progressão de regime, faz-se necessário que o titular em abstrato da progressão preencha requisitos expressamente previstos em lei (princípio da estrita legalidade penal). Doutrina majoritária, baseando-se no art. 112 da Lei de Execução Penal (redação dada pela Lei nº. 10792/2003), classifica os requisitos em: a) objetivo, ou seja, a permanência mínima num regime; e b) subjetivo, o qual corresponde à identificação de condições pessoais do apenado que demonstram aproximar-se da ressocialização.

Atualmente devem coexistir, expressamente, o cumprimento de 1/6, na generalidade dos crimes (2/5, se primário, ou 3/5, se reincidente, em se tratando de crimes hediondos e equiparados) e boa conduta carcerária, sendo esta comprovada por atestado firmado pelo diretor do estabelecimento.

O art. 112, § 1º da LEP (Lei de Execução Penal) dispõe que:

A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para o regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

Segundo Mesquita Júnior (2007), a concessão de progressão de regime encontra-se limitada pela obediência ao cumprimento de requisito objetivo, constante da lei, sem análise subjetiva por parte do magistrado; e subjetivo; aspecto referente ao mérito do condenado, pois indica provável adaptação do apenado ao regime menos rigoroso, relacionando-se às condições pessoais do titular do direito, sempre de caráter apreciativo subjetivo.

Devem coexistir o requisito tempo e boa conduta carcerária, não bastando à progressão a satisfação de apenas um deles (MARCÃO, 2004). Insuficiente o simples cumprimento de 1/6 da pena para o condenado ter direito à progressão. Indispensável a demonstração de que o condenado merece a progressão, estando preparado para o cumprimento do restante da sanção imposta em regime menos rigoroso a fim de não prejudicar os fins da pena (BITENCOURT, 1999).

Apenas cumprir a pena mínima no regime estabelecido legalmente e já apontar-se como titular do direito ao exercício da progressão do regime prisional não é possível. Necessário se faz a verificação pelo magistrado das execuções penais de que o apenado, durante o período de cumprimento de 1/6 no regime mais

gravoso, encontra-se em condições para a mudança de regime e a conseqüente diminuição dos limites da privação da liberdade. Requisitos a serem cumpridos simultaneamente, pois durante todo o período de 1/6 o comportamento do preso é levantado para o fim de verificação da aquisição ou não do direito ao exercício da progressão.

## **2 ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA AQUISIÇÃO DA PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL**

O objeto deste capítulo resume-se à análise detalhada dos requisitos necessários à aquisição da progressão de regime, enfatizando institutos como condição, requisito, Mérito, Bom Comportamento, Exame Criminológico e período mínimo de cumprimento de pena em dado regime. Acrescentem-se aos elementos destacados, considerações a respeito da leitura do art. 112 da Lei de Execução à luz da Constituição Federal de 1988.

### **2.1 CONCEITO DE CONDIÇÃO E REQUISITO**

No contexto da progressão de regime prisional, deve-se compreender o termo “condição” com o sentido de restringir, afunilar, submeter. Luft (2000, p. 186) afirma significar o termo condição como a “exigência requerida para certos atos ou negócios”.

Bebendo da mesma fonte, deve-se entender o significado da palavra “requisito”, o qual significa elementos a serem obedecidos, previstos na condição, para o fim de adquirir o direito (LUFT, 2000). Então, os requisitos encontram-se previstos na condição.

Especificamente neste trabalho, considera-se apropriado o uso de ambos os termos no seguinte contexto exemplificativo: A aquisição da progressão de regime prisional está condicionada ao cumprimento dos requisitos subjetivo e objetivo (NUCCI, 2009).

## 2.2 REQUISITO SUBJETIVO

### 2.2.1 Considerações iniciais

Até a vigência da Lei nº. 10792/2003 (BRASIL, 2003a), a qual deu nova redação a vários dispositivos da Lei de Execução Penal, entre os quais o art. 112, que prevê requisitos à aquisição da progressão de regime, exigia-se expressamente a comprovação do “Mérito” e o Exame Criminológico, em alguns casos, era obrigatório (MARCÃO, 2004).

Há interpretação no sentido de que o apenado deveria merecer a progressão como se “doação feita em contemplação do merecimento do donatário”<sup>16</sup> fosse; até mesmo considerando a progressão como prêmio ao preso obediente, como se em pólos distintos e em oposição se encontrassem o condenado e o Estado. Lição de Barros (2001, p. 143):

A progressão de regime de cumprimento de penas não é prêmio, é direito do sentenciado. [...] Um sistema premial supõe, na verdade, um aperfeiçoamento do absoluto domínio sobre o preso, do qual se pretende mais a submissão do que a integração social.

Tanto o Governo ou Estado-administração como a sociedade encontram-se submetidos à lei, a qual deve ser cumprida obviamente pelo Estado, sociedade e apenado, atribuindo direitos e deveres a todos na sistemática da execução penal.

Deixe-se claro que aqui não se defende a idéia de total submissão do preso ao sistema. O condenado continua sujeito de direitos, porém distintos

---

<sup>16</sup> Instituto inserido no contexto da Lei nº 10406/2002 (Código Civil, arts. 538/564), (BRASIL, 2010e). Comentando o art. 540 do Código Civil, Diniz (2005, p. 483) ensina que “A doação meritória, feita em contemplação do merecimento do donatário, vem a ser uma doação pura e simples, em que o doador manifesta claramente o porquê de sua liberalidade”. Não se deve esquecer, portanto, que o donatário não tem direito ao objeto doado, constitui ato de liberalidade do doador. Do que exposto, jamais poderia ser a progressão objeto de doação ou premiação. Não se encontra a progressão disponibilizada pela sociedade, poder público ou até mesmo pelo condenado.

daqueles titularizados como se em liberdade se encontrasse. Por outro lado, não se pode aderir à idéia de que em nome do princípio da dignidade humana deve o apenado somente fazer parte da sistemática de execução da pena se aquiescer. Não se trata de oferta, a qual implicaria voluntariedade de aceitação pelo preso, conforme defende Barros (2001).

### 2.2.2 Conceito de Mérito

A Lei nº. 10792/2003 (BRASIL, 2003a) conferiu nova redação ao art. 112 da Lei de Execução Penal, que dispõe:

A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para o regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

Na redação anterior, exigia-se expressamente que o apenado demonstrasse que merecia a progressão por meio de conclusão quanto ao seu Mérito (LEAL, J. J.; LEAL, R. J., 2007, p. 498). Ao afirmarem que “esta perspectiva jurídica de progressão, esta esperança de passar para o lado dos ‘bons’, [...]”, continuam os mesmos autores. Doutrina de Kuehne (2009, p. 355) infirma a respeito que:

O sistema progressivo, adotado pelo Código Penal e explicitado pela lei de Execução Penal sofre profundas alterações decorrentes da nova redação. Com efeito, exclui-se de forma expressa o parecer da Comissão Técnica de Classificação e o exame criminológico, [...] os aspectos relacionados ao mérito são substituídos, apenas, pelo ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo Diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão. [...]

Não se adere aos exatos termos de seus ensinamentos:

Primeiramente, do novo texto não é coerente a conclusão de que houve exclusão do exame criminológico. Não foi negado ou rejeitado pela nova redação legal. Apenas não foi mais exigido nas condições em que antes o era. Havia, em alguns casos, a exigência legal do exame criminológico, em regra, para a análise da aquisição ou não da progressão. Atualmente, não mais se exige; porém não se proíbe **nos limites da determinação do art. 112**<sup>17</sup>. Não está excluído, não sendo possível rejeitá-lo para o fim de verificar-se cumprido o requisito subjetivo da progressão, pois amplo os meios de prova de que pode valer-se o magistrado.

Em segundo lugar, Mérito, após a vigência da Carta Magna de 1988 (BRASIL, 2010c), deve implicar resultado materializado – no caso – pela progressão, decorrente da objetiva constatação da presença de todos os requisitos legais, independentemente de sua natureza<sup>18</sup>. Então, não obstante no novo texto legal não haja expressa referência à mérito, entende-se implicitamente contido no dispositivo em apreço, sendo de lógica constatação.

A interpretação de que Mérito deve corresponder a merecimento exclusivamente do apenado já foi desconsiderada quando se argumentou a respeito de que o alcance dos requisitos subjetivos e objetivos não é dever apenas do preso, mas de todos os envolvidos no sistema da execução da pena, inclusive o juiz (art. 66, da Lei de Execução Penal).

<sup>17</sup> Seria possível discussão quanto eventual impossibilidade da realização do exame criminológico somente no plano dos efeitos da nova redação. Ora, se a lei não determina, não seria coerente fazê-lo se sua realização prejudicasse o condenado (princípio da reserva legal). Dessa forma, a nova redação do art. 112 não veda, entretanto, em consideração a normas de maior conteúdo (legalidade penal), vedar-se-ia o exame criminológico caso a mera realização, desconsiderando seu resultado, já prejudicasse o apenado.

<sup>18</sup> Até a Constituição Federal de 1988, a fonte mais importante do que se entendia por Mérito foi a Exposição de Motivos 213, de 9 de maio de 1983, item 120, (BRASIL, 1997), a qual reza: “[...] Esta progressão depende do cumprimento mínimo de um sexto da pena em regime [...], além da demonstração do mérito, compreendido tal vocábulo como aptidão, capacidade e merecimento, demonstrados no curso da execução”.

Nucci (2009, p. 440), ao discorrer sobre a cooperação da comunidade na execução da pena, discorre:

[...] esclarece a exposição de motivos da lei de execução penal que muito além da passividade ou da ausência de reação quanto às vítimas mortas ou traumatizadas, a comunidade participa ativamente do procedimento da execução, quer através de um conselho, quer através das pessoas jurídicas ou naturais que assistem ou fiscalizam não somente as reações penais em meio fechado (penas privativas de liberdade e medidas de segurança detentiva) como também em meio livre (pena de multa e restritivas de direitos). Portanto, havendo integração da comunidade, através de organismos representativos, no acompanhamento da execução das penas, torna-se maior a probabilidade de recuperação do condenado, inclusive porque, quando findar a pena, possivelmente já terá apoio garantido para a sua reinserção social, mormente no mercado de trabalho. Para tanto, são previstos como órgãos da execução penal o Patronato (arts. 78 e 79, da LEP) e o Conselho da Comunidade (arts. 80 e 81, da LEP).

O poder público e a sociedade não possuem apenas o direito de ver o condenado encarcerado; tem, adicionando-se a isso, o dever de implementar mecanismos que instrumentalizem e facilitem o cumprimento dos requisitos previstos para o alcance da progressão,<sup>19</sup> porquanto a toda a sociedade interessa a adaptação social do preso, seu reingresso no meio social. Não se trata de concessão; não significa favor, mas de **aquisição** da progressão de regime. O juiz não concede a progressão, declara-a adquirida quando verificado o cumprimento dos requisitos nos quais todos estão envolvidos direta ou indiretamente. A aquisição não é apenas do condenado, mas de toda a sociedade que tem interesse no retorno do preso reeducado ao convívio em liberdade, contribuindo com o bem-estar social e dele se beneficiando.

<sup>19</sup> Art. 66 da Lei de Execução Penal preceitua o seguinte: “Compete ao juiz da execução: [...] VI – zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança; VII – inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade; VIII – interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei; IX – compor e instalar o Conselho da Comunidade; [...]”.



### 2.2.3 Exame Criminológico

No preso, procuram-se sinais de hostilidade, periculosidade, inaptidão, frustração, desequilíbrio emocional e outros como “requisitos negativos de existência”<sup>20</sup> para o fim de aquisição de mudança de regime. Caso presentes, pois, quaisquer dos indicativos de carência de mérito, negada será a progressão por descumprir o requisito subjetivo e/ou objetivo. Aquele, pois, tem estreita relação com condicionantes psicológicos, psiquiátricos e emocionais a serem conjuntamente averiguados.

Os instrumentos por meio dos quais o referido Mérito era apreciado, em regra, era a verificação do requisito objetivo-temporal e o resultado do exame criminológico, sendo este facultado – optando por sua necessidade ou não o magistrado – apenas no caso de possibilidade de transferência do regime semiaberto para o aberto. Os sinais de caráter subjetivo eram informados ao magistrado através de documento fornecido por grupo composto de psicólogos, assistentes sociais e médicos especializados no assunto.

O Exame Criminológico “[...] tinha a finalidade de fornecer ao juiz elementos técnicos suficientes para balizar [...] sua decisão” (MARCÃO, 2004, p. 115). O mesmo autor (2004) entende ser o exame criminológico realizado com o propósito de tutela da defesa da sociedade, buscando verificar o estado de periculosidade do delinquente.

Ainda sobre o que se deve entender por Exame Criminológico, doutrina Nucci (2009, p. 441) o seguinte:

---

<sup>20</sup> São pressupostos objetivos negativos, de tal sorte que a sua presença, em regra, deve ser motivo suficiente para a não aquisição da progressão em razão da inexistência do requisito subjetivo.

[...] abrange a parte psicológica e psiquiátrica do exame de classificação, pois concede maior atenção à maturidade do condenado, sua disciplina, capacidade suportar frustrações e estabelecer laços afetivos com a família ou terceiros, grau de agressividade, visando à composição de um conjunto de fatores, destinados a construir um prognóstico de periculosidade, isto é, sua tendência a voltar à vida criminosa.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou a importância do Exame Criminológico em relação à progressão de regime prisional, como exemplifica a decisão proferida no Habeas Corpus 166838/SP (BRASIL, 2010j), a seguir:

Como é sabido, ao deferimento de regime mais condescendente não basta o singelo decurso de certo tempo de vida carcerária; não basta o condenado esteja recolhido ao presídio mais severo por tempo superior ao mínimo fixado para a obtenção do benefício; muito menos que venha apresentando reconhecida assimilação da terapêutica a que vem sendo submetido. Cumpre que o reeducando demonstre aptidão psicológica, adequação temperamental e senso de responsabilidade. Faz-se necessário que, nele, tudo indique que o agir criminoso, se não foi algo eventual, não revelador de índole ou vocação delinquencial, representa, ao menos, fato pretérito em sua vida [...].

No âmbito do Supremo Tribunal Federal<sup>21</sup>, vem-se adotando idêntica postura, reconhecendo-se o quão importante o Exame Criminológico.

Desembargador Nilton Macedo Machado, quando da relatoria do Agravo 990125645/SC (SANTA CATARINA, 1999), com muita propriedade, discorreu que:

Somente através da análise global da vida carcerária do reeducando, inclusive com o exame criminológico daquele submetido ao regime fechado, sopesando-se os pontos negativos e positivos que possam denotar sua reabilitação, poder-se-á constatar com segurança sua aptidão para a progressão de retorno ao convívio social.

<sup>21</sup> Outros precedentes do Superior Tribunal de Justiça: Habeas Corpus 138.386/SP (BRASIL, 2010h) e Habeas Corpus 169.365/SP (BRASIL, 2010i), de relatoria, respectivamente, dos Ministros Og Fernandes e Maria Thereza de Assis Moura. À semelhança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, podem ser citados: Habeas Corpus 74.316-1/SP (BRASIL, 2000) e Habeas Corpus 104.014/SP (BRASIL, 2010n), tendo como relatores, respectivamente, os Ministros Néri da Silveira e Gilmar Ferreira Mendes.

Com o mesmo intuito, Desembargador Gil Trotta Telles, relatando acórdão no recurso de Agravo 461638/PR (PARANÁ, 1996), dispôs a respeito:

Indicando os informes psiquiátrico e psicológico, integrantes do exame criminológico, persistir a periculosidade do condenado, incorre a probabilidade da adaptação deste ao regime menos severo, pelo que não se lhe deve deferir a progressão pleiteada.

Sem embargo da importância do Exame Criminológico, principalmente sob o aspecto objetivo e científico de sua elaboração, é instrumento que não vincula a decisão do magistrado, mesmo antes da vigência da Lei nº. 10792/2003 (BRASIL, 2003a), sob pena de tornar o juiz mero homologador de entendimento administrativo. Acórdão por meio do qual se decidiu Reclamação no Agravo 83.570-3/PR (PARANÁ, 2000), da relatoria do Desembargador Moacir Guimarães, resume:

[...] trata-se de mecanismo ensejador a fornecer subsídios ao juiz, no que tange à avaliação do requisito subjetivo. É certo que não vincula o magistrado, contudo, a refutação a ser efetivada deve estar provida de mecanismos hábeis a contradizer o afirmado pelo perito. Se dúvidas, incorreções ou imperfeições estiverem presentes, urge extirpa-las. Não há como ignorar o laudo baseado em informações contraditórias.

Não obstante a decisão do magistrado não deva submeter-se à conclusão do laudo, sob pena de infração a princípios processuais como o da “vedação à taxatividade das provas”<sup>22</sup>, também não deve ser o Exame Criminológico desconsiderado sem fundamentação igualmente resultante de elementos

<sup>22</sup> “A busca da demonstração da verdade nos faz assumir uma vertente libertária na produção probatória. O Código de Processo Penal (BRASIL, 2010b) não traz de forma exaustiva todos os meios de prova admissíveis. Podemos, nesse viés, utilizar as provas nominadas, que são aquelas disciplinadas na legislação, trazidas nos arts. 158 a 250 do CPP, e também as inominadas, é dizer, aquelas ainda não normatizadas (atípicas). O princípio da verdade real, iluminando a persecução criminal, permite a utilização de meios probatórios não disciplinados em lei, desde que moralmente legítimos e não afrontadores do próprio ordenamento. Esta não taxatividade pode ser extraída do art. 155 do CPP, no seu parágrafo único, com a redação trazida pela Lei nº 11.690/08, quando assevera que ‘somente quanto ao estado das pessoas, serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil’. [...]” (ALENCAR; TÁVORA, 2009, p. 301).

Parágrafo único do art. 155 do Código de Processo Penal: “Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil”.

objetivamente apreciáveis pelo juiz das execuções. Não se quer afirmar que o conteúdo resultante do laudo referido é mais importante, para efeito de prova, do que outros. Porém, como a análise do aspecto psicológico e psiquiátrico (subjetivo) do apenado deve ser realizada por meio de elementos objetivamente verificáveis (método científico contido nos estudos de psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras), - que só o Exame Criminológico com maior eficiência pode oferecer - não seria coerente desprezá-los o magistrado, senão por razões de igual natureza.

Entende-se ser o Exame Criminológico, na atualidade, o instrumento de fonte objetiva e científica de maior eficácia quando se trata de mapear o condicionamento psiquiátrico e psicossocial do preso (requisito subjetivo). Certamente há outros meios dos quais também pode valer-se o magistrado no contexto da progressão, no entanto só poderá decidir contrariamente ao laudo se seu entendimento embasar-se em meios de prova que ofereçam a objetividade característica do exame criminológico, sob pena de violação constitucional ao princípio da razoabilidade.

Com o fim de resguardar a segurança jurídica contra decisões judiciais arbitrárias e identificadas pelo vício da inconstitucionalidade, deve o juiz submeter a escolha de sua decisão à razoabilidade e à fundamentação. Quanto às decisões referentes à progressão, obedientes ao ditame da razoabilidade aquelas fulcradas no laudo ou em outros elementos caracterizados pela semelhante natureza objetiva de suas informações. Se assim não for, informações e dados decorrentes da subjetividade da fonte subjugarão os ensinamentos técnico-científicos do exame criminológico.

Tal lição aparenta violação ao princípio processual da “vedação à taxatividade das provas”. Mera aparência! Estando livre o juiz para a análise de

outras espécies probatórias, pode decidir contrariamente ao exame, desde que com base em elementos igualmente objetivos tais quais fornecidos pelo laudo, sob pena de carecer de razoabilidade constitucionalmente exigida.

Titularizar o magistrado liberdade na aferição das provas não significa oferecer-lhe um cheque em branco, com o qual simplesmente possa optar por uma decisão, para somente então escolher, dentre os acostados nos autos, as espécies de provas correspondentes. Caso se pudesse entender tal argumentação como exceção ao princípio da vedação à taxatividade probatória, poder-se-ia afirmar que nenhum direito, inclusive os fundamentais, possui a pecha do absolutismo. Se hodiernamente já existe exceção legal ao princípio processual referido (quando se trata de provar o estado das pessoas, por exemplo), com mais fácil justificativa poderia determinação constitucional fazê-lo.

Em conclusão, deve-se entender Exame Criminológico como instrumento que atende à determinação de individualização da pena. É documento formal realizado por peritos<sup>23</sup> (psiquiatras, assistentes sociais e psicólogos) com resultados de natureza científica (meios objetivos de verificação), para análise de requisito subjetivo condicionado por lei (art. 8º da Lei de Execução Penal)<sup>24</sup>, embora não vinculante.

---

<sup>23</sup> Escreve-se sobre “crise na execução penal” (MARCÃO, 2003, grifaram-se), ao afirmar exemplificativamente que “a despeito do que vem determinado nos arts. 8º e 9º da LEP, é do conhecimento de todos que **não se dispõe de pessoal capacitado e treinado**, para a realização do exame criminológico, que, quando é feito, muito pouco ou quase nada de seguro aponta”. Conclui-se, com base no que escrito pelo autor, que o exame criminológico não deve ser visto como vilão no contexto da “crise”. A fonte da mencionada crise estaria na desobediência do poder executivo em implementar o mínimo necessário à realização do exame criminológico como deve ser conhecido. Entende-se que Exame Criminológico não realizado por grupo específico de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais e não obediente às determinações científicas não pode ser considerado Exame Criminológico.

<sup>24</sup> “O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução. Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo

#### 2.2.4 Análise objetiva do requisito subjetivo

O requisito é subjetivo porque se refere ao estado emocional (condicionamento psicológico e psiquiátrico), genericamente falando, do preso, muito embora os instrumentos por meio dos quais se pode ou não concluir verificado tal requisito devam ter caráter objetivo.

Até mesmo a decisão do magistrado quanto ao pedido de progressão, por dever obediência ao “princípio do livre convencimento motivado”<sup>25</sup>, não foge à regra da análise e conclusões objetivamente verificáveis. Segurança jurídica é um dos maiores norteadores da temática. Porém, a motivação por si só não cumpri o seu papel, devendo encontrar-se atrelada à razoabilidade e aos demais princípios maiores contidos na Lei Maior de 1988 (BRASIL, 2010c).

Não se deve entender que o mero esforço do apenado e do conjunto de profissionais envolvidos na finalidade ressocializadora seja suficiente para a aquisição da progressão de regime. Afinal de contas, deferir o exercício de direito com fulcro no mero esforço de alcançá-lo não cumpri o propósito de atingir a ressocialização, mas apenas se constata a intenção do apenado e de toda a equipe em adquiri-lo.

---

poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semiaberto”.

Art. 9º: “A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, [...], poderá: I – entrevistar pessoas; II – requisitar, de repartições e estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado; III – realizar outras diligências e exames necessários”.

<sup>25</sup> “Pelo sistema da **livre convicção** ou da **verdade real** ou do **livre convencimento**, o juiz forma sua convicção pela livre apreciação da prova. Não fica adstrito a critérios valorativos e apriorísticos e é livre na sua escolha, aceitação e valoração. Foi este o adotado pelo Código de Processo Penal, em substituição ao sistema da certeza legal da legislação anterior, [...]” (MIRABETE, 2006, p. 260, grifos do autor).

Conforme menção já acostada, não se trata a progressão de prêmio oferecido ao apenado, mas de dever do judiciário quando da verificação de metas efetivamente alcançadas pelo apenado e por toda a estrutura estatal administrativa envolvida na execução da pena.

Conquanto não se deva negar que a intenção do preso em tornar-se uma pessoa mais adaptada ao convívio social, reeducando-se e deixando-se reeducar, seja um grande progresso quanto aos fins da pena e sua individualização, a progressão não deve ter por base meras intenções; mas, inclusive – ainda quanto ao aspecto subjetivo – segura constatação do estado emocional adequado ao novo regime.

O alcance da progressão deve corresponder à conclusão positiva de **efetiva** recuperação psicológica e psiquiátrica, dentro dos padrões do novo regime, da qual pode resultar mudança comportamental no cárcere, verificada objetivamente pelo órgão jurisdicional. Comentando o art. 10 da Lei de Execução Penal<sup>26</sup>, Nucci (2009, p. 444) leciona “[...] uma das primordiais finalidades da pena a prevenção ao crime, por meio da reeducação do condenado, favorecendo a sua reinserção social”.

Essas breves anotações permitem concluir que a análise objetivamente instrumentalizada de elementos subjetivos transcende o mero interesse individual do apenado. Não basta, pois, a simples intenção do encarcerado em reeducar-se, pois imprescindível o efetivo resultado reeducativo e ressocializador, cuja demonstração concreta somente alcançada atualmente – num nível mais próximo do adequado à individualização – pelo exame criminológico.

---

<sup>26</sup> “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

## 2.3 REQUISITOS OBJETIVOS

### 2.3.1 Breve consideração

Antes da vigência da Lei nº. 10792/2003 (BRASIL, 2003a), somente o cumprimento de 1/6 da pena em regime determinado consistia o requisito objetivo (temporal). Após, adicionou-se à já existente categoria objetiva a análise comportamental.

Então, são identificados atualmente dois requisitos objetivos a serem cumpridos para a aquisição da progressão: objetivo-temporal e objetivo-comportamental. O Ministro Joaquim Barbosa, na relatoria do Habeas Corpus 85049-9/SP (BRASIL, 2005b), parece nos fornecer mais fundamentos para o entendimento exposto, senão vejamos:

Ressalto que a nova redação do art. 112 da Lei de Execução Penal, dada pela Lei 10792/2003, exclui a necessidade de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico. Daí a conclusão de que a referida lei conferiu ainda mais **objetividade** aos requisitos para a concessão do benefício da progressão de regime (grifou-se).

### 2.3.2 Requisito objetivo-comportamental (Bom Comportamento)

A relação entre “Bom Comportamento” e a mudança de regime prisional não é nova no ordenamento jurídico brasileiro. Entretanto, dava-se apenas na regressão o destaque à conduta e comportamento do apenado, haja vista a existência de tipos legais que conduzem o condenado ao regresso<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Discorrendo sobre as hipóteses legais de regressão de regime, Zanoni (2009) ensina que “o radical normativo disciplinador é o art. 118 da lei de execução penal que, em seu *caput*, introduzindo o perfil do instituto, prescreve, nas hipóteses em que discrimina, a submissão da pena privativa de liberdade à forma regressiva com a transferência do condenado para qualquer dos regimes mais rigorosos, [...]”



A conduta e o comportamento do indivíduo, muito embora por vezes utilizados para identificar emoções, não podem ser considerados seus indicadores absolutos. Não caracterizam o estado mental e emocional do indivíduo, lhes sendo meramente atributos, insuficientes; pois, a discriminá-los, não os identificando.

Não se nega a existência de indicativos subjetivos em seu conteúdo (animosidade do indivíduo quanto à conduta em si ou sua finalidade), porém desatrelados dos elementos indicadores do cumprimento do requisito subjetivo à progressão. A título exemplificativo, citem-se: a) exteriorização de comportamento resultante de coação física e moral irresistível, em que a conduta jamais poderá indicar a intenção do indivíduo; b) decisão deliberada de bem comportar-se para adquirir a progressão; entretanto, para o fim de permitir-lhe contato com seu desafeto; e c) outro caso, seria comportar-se mal em protesto a abusos, não obstante inteiro preparo, verificado por cuidadoso exame criminológico, aos desafios do novo regime prisional.

Vale, nesta oportunidade, transcrever a seguinte observação:

[...] o bom comportamento de um preso não pode ser determinante imediato para estabelecer-se um prognóstico-social favorável, principalmente porque tal comprovante de melhoria se baseia fundamentalmente em informes de funcionários de prisões, fornecidos pouco antes da liberação, e que se atém ao bom comportamento externo, a fim de facilitar a readaptação sem

---

Art. 118 da Lei de Execução: “A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I – praticar fato definido como crime doloso ou falta grave; [...]”.

Art. 50 da Lei de Execução: “Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: I – incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; II – fugir; III – possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem; IV – provocar acidente de trabalho; V – descumprir, no regime aberto, as condições impostas; VI – inobservar os deveres previstos nos incisos II e V do art. 39 desta lei; VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho eletrônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo”.

Art. 39 da Lei de Execução Penal: “Constituem deveres do condenado: I – comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença; II – obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se; III – urbanidade e respeito no trato com os demais condenados; IV – conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina; V – execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas; VI – submissão à sanção disciplinar imposta; [...]”.

inconvenientes ao termo da condenação. Mas este comportamento externo só de forma incompleta permite tirar conclusões sobre o caráter e a conduta futura do preso. Na verdade, a adaptação do sentenciado à organização do estabelecimento se deve a vários e múltiplos fatores simultâneos e justapostos, e somente a verificação dos motivos predominantes permitirá uma conclusão motivada sobre o réu. Assim, é indispensável que se conheça a capacidade provável do apenado de se adaptar a um regime menos rigoroso, não bastando o seu bom comportamento. (JORGE, [200\_]).

Desta feita, rejeita-se a ideia da natureza subjetiva da conduta e comportamento do preso.

No que concerne ao conceito de bom comportamento, não definiu o legislador o que vem a sê-lo. Silva (2009) afirma não ter ficado definido, de maneira clara e objetiva, o significado de bom comportamento, cabendo à doutrina e jurisprudência seu sentido existencial.

O referido autor (2009) afirma tratar-se de comportamento exteriorizado pelo preso, tendo estreita relação com o cumprimento ou não das determinações normativas penais e administrativas. Bom Comportamento corresponde ao antônimo de mau comportamento, o qual implica objetivamente desobediência às regras impostas. Dessa forma, mau comportamento pode provocar não só a carência de mérito por desobediência a requisito objetivo relacionado ao seu padrão de conduta, como também, conforme o caso, regressão de regime, quando da ocorrência de falta grave e/ou fato tipificado como crime (art. 118 da Lei de Execução Penal). Não se tratando, conforme já explicitado, de condição subjetiva intrínseca à psique do condenado.

Acrescente-se ao conceito trazido pelo doutrinador imediatamente referido, que para o fim de ostentar bom comportamento no cárcere, a necessidade que tem o preso de – embora não aderindo subjetivamente a todas as regras administrativas impostas – obedecê-las.

A expressão bom comportamento, dessa forma, deve ser entendida como o resultado do cumprimento das normas administrativas (internas) e penais, exteriorizando padrão de conduta condizente com as normas sancionadoras de forma geral. Marcão (2004, p. 117, grifo do autor) ensina:

Bom comportamento carcerário é o comportamento daquele que se põe de forma ajustada aos regramentos de disciplina do estabelecimento prisional; bem por isso não há cogitar, quando da elaboração do **atestado**, sobre eventual propensão à reincidência, consciência e arrependimento quanto ao delito pelo qual foi recolhido preso.

Considerando o teor do conceito e natureza jurídica do bom comportamento supramencionado, o art. 112 da Lei de Execução (BRASIL, 2010g), com redação dada pela Lei nº. 10792/2003 (BRASIL, 2003a), o exige expressamente como requisito à progressão. Não há, portanto outra conclusão senão a constatação de que, literalmente, deixou-se de lado o requisito subjetivo, ao mesmo tempo em que substituído por novo requisito objetivo, então denominado **requisito objetivo-comportamental**.

### 2.3.3 Possível inconstitucionalidade do art. 112 da Lei de Execução Penal

Consoante exaustiva fundamentação supra, afirmar que comportar-se ajustadamente a um ambiente implica condicionamento psicológico e psiquiátrico, até mesmo sanidade mental, suficientes à conquista das modalidades de regime prisional não pode ser considerado verdadeiro.

Imagine-se, além das já referidas, hipótese em que pedófilo – apenas cujo comportamento no cárcere é considerado padrão – desejoso de ressocializar-se, manifesta seus impulsos incontroláveis apenas na presença de crianças.

[...] um observador desprevenido pode supor que um preso de bom comportamento é um homem regenerado, quando o que se dá é algo inteiramente diverso: trata-se apenas de um homem **prisonizado**. (PIMENTEL 1983 apud MARCÃO, p. 116-117, grifo do autor).

A só análise do Bom Comportamento – o qual tem natureza objetiva – jamais detectaria a condição mental do submetido a tratamento, não havendo, pois, obediência ao art. 10 da Lei de Execução (prevenção ao crime e orientação ao retorno ao convívio social), entre outros. Ensina Zanoni (2009):

[...] teoriza o Direito Penal que a imprescindível e justa reação jurídica ao injusto culpável é a resposta estatal retributiva do mal causado pelo delinqüente; um desigual objurgado imerso no meio social afligido. Despoja-lo de certas liberdades com o intuito de ressocializá-lo é um dos fins da pena: impedir sua degeneração, inculcar-lhe a noção de comportamento preventivo e oportunizar a reconquista da condição de igual perante seus pares, também são efeitos esperados.

A simples hipótese mencionada excepcionaria afirmativa no sentido de que o mero bom comportamento no cárcere reflete o cumprimento do requisito subjetivo para a progressão.

A lei, ao olvidar toda a análise clínica, morfológica, neurológica, psicológica, psiquiátrica e social do apenado, constitui-se em profundo retrocesso no combate ao crime e na prevenção da reincidência, mandou a ciência da psicologia às favas e não resolveu o problema (SILVA, 2009).

Então, não é coerente com os fins da pena e com o princípio constitucional da individualização, considerar o Bom Comportamento como de natureza subjetiva. Por refletir somente a narrativa de eventos e descrição de acontecimentos factuais titularizadas por agentes públicos cujas atribuições não exigem o conhecimento de neurologia, psicologia, psiquiatria, sociologia e assistência social; impossível considerar-se o preparo do apenado para certos regimes de pena à só análise do bom comportamento.

Com base exclusivamente no art. 112 da Lei de Execução (BRASIL, 2010g), não é possível o cumprimento obrigatório do direito – titularizado pela sociedade – qual seja a verificação do requisito subjetivo, instrumentalizado pela realização do Exame Criminológico (deixe-se claro que não está proibido taxativamente por lei o Exame Ccriminológico, porém não está sendo exigido).

Sua exigência levaria ao cumprimento dos princípios da individualização da pena e ao da reserva legal. Então, ao deixar-se como única fonte obrigatória de decisão meros relatos referentes à adequação comportamental, não se exigindo legalmente requisito subjetivo, parece implicar inconstitucionalidade. Nessa perspectiva, oportuna a especulação quanto à conformidade constitucional ou não do art. 112 exaustivamente mencionado.

Em arremate, parece inconstitucional o art. 112, haja vista nele não se encontrar exigência de requisito subjetivo à progressão, limitando-se apenas a exigir Bom Comportamento e cumprimento mínimo de 1/6, ficando ao arbítrio do juiz a opção pela realização do Exame Criminológico.

#### 2.3.4 Requisito objetivo-temporal

##### 2.3.4.1 Regra geral

Antes e após a redação atual do art. 112, há previsão quanto ao requisito objetivo-temporal para a aquisição da progressão.

Carente de qualquer celeuma a respeito, a redação da Lei de Execução Penal (BRASIL, 2010g) referente ao tema exige o cumprimento mínimo de 1/6 da

pena no regime anterior estabelecido, independentemente de antecedentes e reincidência.

Para haver coerência com o texto constitucional, clara é a idéia da necessidade de coexistência dos requisitos subjetivo (genericamente, preparo psicológico e psiquiátrico), embora atualmente não exigido; e objetivo (boa conduta e cumprimento mínimo de 1/6 da pena privativa de liberdade) para declarar-se adquirida a progressão. “Não basta à progressão a satisfação de apenas um deles” (MARCÃO, 2004, p. 113).

Como o Enunciado da Súmula 716 do STF<sup>28</sup> (BRASIL, 2010m) admite a progressão de regime antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, de que maneira dar-se-ia a aquisição da progressão sem determinação absoluta do tempo de condenação para fins de cálculo de 1/6 da pena? Com o propósito de conceder ao condenado, cuja sentença encontra-se desprovida de trânsito, a progressão de regime, fazendo valer o art. 112, a jurisprudência prevalecente no Supremo Tribunal Federal atinente à execução provisória, admite a progressão de regime prisional a partir da comprovação do cumprimento de pelo menos 1/6 da pena máxima prevista em abstrato ao crime.

Elogiável tal solução, porquanto não impede a aquisição da progressão quanto à exigência de 1/6, no mínimo, admitindo, simultaneamente, eventual elevação da pena em concreto em razão de recurso do órgão do Ministério Público.

No que toca à nova contagem de 1/6 em relação a mais de uma necessidade de progredir de regime, deve-se aplicar a regra da “pena cumprida é pena extinta” (NUCCI, 2009, p. 524). Independentemente do programa

---

<sup>28</sup> “Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória”.

individualizador, cumprida parte da pena, realizado está parcialmente o dever do apenado. Não é possível considerar, em prejuízo do condenado, como base de cálculo sobre a qual incide 1/6, tempo de prisão já utilizado para cálculo de anterior aquisição de progressão. Dessa feita, há nova base de cálculo, identificada pelo que resta a ser cumprida pelo preso.

#### *2.3.4.2 Regra específica para o caso de crimes hediondos e equiparados*

Deixando-se de lado a discussão a respeito do julgamento do Habeas Corpus 82.959-7/SP (BRASIL, 2005a), por meio do qual se declarou inconstitucional o art. 2º, § 1º, da Lei nº. 8072/1990 (BRASIL, 2010d), viabilizando a aplicação da progressão de regime, concentrar-se-á na imperatividade da Lei nº. 11464/2007 (BRASIL, 2007a).

Antes do julgamento do referido Habeas Corpus, não era possível a progressão de regime aos condenados por crimes hediondos e equiparados. Com a decisão – fundamentada no conflito entre o art. 2º, § 1º, da Lei dos Crimes Hediondos e a garantia da individualização da pena, consagrada no art. 5º, XLVI, da Constituição Federal de 1988 – reconheceu-se direito à progressão de regime, adotando-se a regra geral de 1/6 quanto ao requisito objetivo-temporal.

Com a vigência da Lei nº. 11464/2007 (BRASIL, 2007a), períodos especiais de cumprimento mínimo passaram a ditar o condicionamento objetivo-temporal da progressão aos condenados por crimes hediondos e equiparados.

Com a publicação da Lei nº. 11464/2007, aos crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e o terrorismo são suscetíveis de liberdade provisória e progressão de regime, [...] § 2º. A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente (LOPES, 2008, p. 43).

Com o advento da Lei nº. 11464/2007 (BRASIL, 2007a), “o prazo para tal progressão passou a ser consideravelmente mais extenso do que aquele genericamente contemplado na lei de execução penal”, nas palavras de Santos (2008, p. 117).

Defende a doutrinadora não haver coerência constitucional a distinção de prazos (1/6, 2/5, e 3/5), em direta ofensa à razoabilidade e proporcionalidade, havendo desrespeito à cláusula da proibição do retrocesso.

[...] haveria falar em mácula à condição jurídica de toda uma coletividade mediante o ataque à sua segurança jurídica perpetrado pelo retrocesso concretizado através de tal elevação desmesurada da exigência temporal, em flagrante ofensa ao princípio fundamental atinente à dignidade da pessoa humana, com a imposição de prolongado intervalo de cumprimento de pena no regime fechado, em notório desfavor quanto ao intuito ressocializador da pena (SANTOS, 2008, p. 126).

Tal discussão, entretanto, necessita de grande aprofundamento referente a questões atinentes à análise de ponderação de interesses e valores constitucionalmente previstos.

Embora se atentando ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e à proibição do retrocesso, deve-se considerar o direito de toda a sociedade de que haja medidas mais severas àqueles que tenham cometido crimes de maior gravidade, haja vista indicativo de maior periculosidade. Além do sexo e idade dos apenados, necessário se faz a apreciação da natureza do delito para a imputação do estabelecimento no qual a pena deverá cumprir-se (art. 5º, XLVIII, da CF/88)<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> “A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e sexo do apenado;”.



Desta feita, parece não ser tão simples considerar-se inconstitucional o dispositivo da lei dos crimes hediondos com redação dada pela Lei nº. 11464/2007 (BRASIL, 2007a) na parte que trata de períodos distintos para o exercício da progressão de regime.

### **3 DO REINÍCIO OU NÃO DO PERÍODO DE 1/6 DE CUMPRIMENTO DA PENA EM FUNÇÃO DA FALTA GRAVE**

Com a nova redação do art. 112 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 2010g), para progredir de regime prisional, deve o apenado, em regra, cumprir o período mínimo de 1/6 em regime anterior e ostentar Bom Comportamento. Não cogita a Lei de condicionantes subjetivas, muito menos do Exame Criminológico, seu mais eficaz instrumento de aferição.

Nesta oportunidade, tratar-se-á da relação entre os requisitos mencionados, abordando especificamente efeito que um provoca noutro.

#### **3.1 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA INTERRUPÇÃO DE PRAZOS**

##### **3.1.1 Conceito, espécies de prazos e seus elementos**

Segundo o dicionário Luft (2000, p. 533), o termo “prazo” deve significar “espaço de tempo dentro do qual se deve fazer alguma coisa”.

Prazo, então, é tempo qualificado dentro do qual se pode ou deve exercer direito. Não se trata de qualquer tempo exaurido ou a transcorrer, mas de tempo ou período restrito, atrelado ao exercício eficaz de um direito, seja este de qualquer natureza que a lei lhe oferecer.

Em geral, no ordenamento jurídico brasileiro há duas espécies de prazos, o prescricional e o decadencial. Silva (2003, p. 86) chega a afirmar:

[...] os institutos da prescrição e da decadência encontram-se umbilicalmente vinculados à influência que o tempo exerce sobre as relações jurídicas, podendo mesmo afirmar que se tratam de institutos que regulamentam e delimitam tal influência.

Figueiredo e Martins (2005, p. 11) doutrinam o seguinte:

[...] o decurso do tempo atua como elemento fundamental em diversas relações jurídicas, mas a sua influência não é, em nenhuma matéria jurídica, tão consistente quanto na prescrição e na decadência [...]

Como se observa, o prazo, destacadamente distinto do mero período de tempo, compõe os conceitos de prescrição e decadência.

Outro elemento sem o qual não tem sentido os conceitos de prescrição e decadência é o de direito não exercido. “São duas as principais hipóteses de extinção do direito pelo decurso do tempo: a prescrição e a decadência” (LISBOA, 2004, p. 655).

Definindo prescrição, informa Lisboa (2004) que perde o direito de pretensão judicial, o seu titular que não o exerceu no prazo previsto na lei. Quanto à decadência, ensina corresponder à perda, pelo decurso de tempo qualificado pela lei (prazo), do direito subjetivo material.

Decompondo os institutos prescrição e decadência, chega-se ao intrínseco relacionamento entre prazo e direito não exercitado. Com o fim de distinguir os institutos, diz-se que a prescrição corresponde à extinção da pretensão<sup>30</sup> à ação judicial (art. 189 do Código Civil)<sup>31</sup> pelo seu não exercício em prazo legalmente estabelecido, o qual se inicia quando tem o seu titular um direito

<sup>30</sup> Lisboa (2004, p. 658, grifos do autor) diz que “O Código Civil incorporou a **teoria da pretensão**, inspirado no Direito Alemão, porém sem se afastar completamente da idéia de **actio** existente no Direito Romano. **Pretensão** é a solicitação ou requerimento por meio do qual se objetiva determinado fato (no caso, a sentença judicial favorável ao pleito formulado)”.

Já para Amaral (1998, p. 549), “A pretensão revela-se, portanto, como um poder de exigir de outrem uma ação ou omissão. É, para alguns, sinônimo de direito subjetivo, embora com conotação dinâmica, enquanto aquele é estático. A pretensão que nasce no momento em que o credor pode exigir a prestação, e esta não é cumprida causando lesão no direito subjetivo, pressupõe, assim, a existência de um crédito, com o qual não se confunde”.

<sup>31</sup> “Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206”.

material violado. Já a decadência extingue o próprio direito material por não ter sido exercitado em decurso de prazo. Conclui-se que a diferença reside na natureza do direito a ser exercitado.

Sem polemizar o assunto, o prazo é prescricional quando o direito é identificado pela lei como sujeito à prescrição (direito à pretensão); sendo decadencial, em geral, os casos de direitos limitados (exercitáveis somente durante certo tempo) e aos direitos sem prestação, podendo ter sua origem tanto na lei como em acordos e disposições de última vontade. Outra distinção concentra-se na possibilidade de interrupção e suspensão do prazo prescricional e impossibilidade no decadencial, com raríssimas exceções (LISBOA, 2004).

Do que exposto acima, releva complementar que a finalidade dos institutos prescrição e decadência resume-se ao estabelecimento de segurança nas relações sociais. Segundo Silva (2003, p. 95), “[...] pode-se concluir que os institutos da prescrição e decadência tem por principal escopo a pacificação dos conflitos surgidos na sociedade pela atuação do tempo”. Partilhando tal entendimento, Gomes (2007, p. 445) aponta como fundamento da prescrição “[...] motivos de ordem social. É a segurança [...] que exige a consolidação das situações jurídicas pelo decurso do tempo.”

Caso não existissem os prazos prescricionais e decadenciais, indefinidamente no tempo poder-se-ia provocar uma pretensão (eventualmente resistida) ou mesmo o próprio exercício de um direito. Essa indeterminação temporal impediria a aquisição de direitos por aqueles que se beneficiariam com a negligência ou inércia do titular do direito.<sup>32</sup> O Estado não tem o papel de proteção direta de

---

<sup>32</sup> Passarelli (1986 apud GOMES, 2007, p. 452, grifos do autor), discordando do entendimento explanado quanto às razões da decadência, afirma que “[...] o fundamento e a razão da decadência

todos os indivíduos distintamente, mas da sociedade como um todo, no propósito de harmonia social. Não existindo prazos para o exercício de direitos, sejam processuais ou materiais, deixar-se-ia ao arbítrio de cada pessoa a segurança jurídica, da qual decorrem expectativas nos demais indivíduos e conseqüente desenvolvimento social.

### 3.1.2 Conceitos de suspensão e interrupção de prazos

Somente os prazos prescricionais submetem-se à suspensão e interrupção (arts. 197 e 204 do Código Civil)<sup>33</sup>. Os prazos decadenciais, uma vez em curso, não possuem solução de continuidade, salvo disposição de lei (art. 207 do Código Civil)<sup>34</sup>.

Conceituando o instituto suspensivo, Gomes (2007, p. 449, grifo do autor) doutrina:

A **suspensão** é a parada do curso da prescrição devido a circunstâncias valorizadas como obstáculo ao exercício do direito. Necessário que a prescrição tenha começado a correr. Supervenientes devem ser, portanto, os fatos suspensivos. [...] A razão de ser da suspensão é a consideração legal de que certas pessoas, ou quem se encontre em determinadas situações, ficam ou devem ficar na impossibilidade de agir.

Sobre a interrupção, afirma o doutrinador (2007, p. 448, grifos do autor):

A **interrupção** é o ato pelo qual se inutiliza prescrição em curso. [...] A **interrupção** produz efeito no passado e no futuro. Em relação ao passado,

---

diferem daqueles da prescrição porque a decadência não depende, como a prescrição, do **fato subjetivo** da inércia do titular durante um certo tempo, mas unicamente do **fato objetivo** da falta do exercício do direito no tempo estabelecido e é inspirada não na exigência de ajustar a situação de direito à situação de fato que durou tempo considerado suficiente; mas na de limitar no tempo o exercício de um direito quando a limitação seja conveniente a um interesse superior ou individual”.

<sup>33</sup> Art. 197 do Código Civil prevê casos em que o prazo prescricional não corre. Já o *caput* do art. 204 ensina que a interrupção do prazo prescricional, em regra, é individual.

<sup>34</sup> “Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição”.

inutiliza o tempo transcorrido. Em relação ao futuro, determina o reinício da prescrição. Com o ato interruptivo procede-se, portanto, à **recontagem do prazo prescricional**. A prescrição recomeça a correr, como se não houvesse fluído [...].

Para que haja suspensão, o prazo já deve ter iniciado. Começado o prazo para o exercício da pretensão de pleitear direito, torna-se possível sua suspensão em razão de evento considerado pela lei como razoável ao interesse imediato de segurança jurídica. O que caracteriza a suspensão é o fato de que após o término de seu evento provocador, o prazo volta a correr de onde parou. Ou seja, o que transcorrido é aproveitado.

Quanto à interrupção, também só pode ocorrer após o início do prazo, sendo, pois, superveniente a ele, assemelhando-se à suspensão nesse ponto. Porém, distinguindo-se da suspensão, o prazo já transcorrido será desconsiderado a partir do início do evento interruptivo. Com o término de tal evento previsto em lei, inicia-se por inteiro o prazo, desconsiderando-se qualquer rastro do tempo parcialmente corrido.

O transcurso do prazo aproveita diretamente aquele que deve submeter-se ou sofrer as conseqüências do exercício do direito de outro, pois após seu término não detém mais o titular do direito a pretensão. Já a suspensão e interrupção, ao contrário, beneficiam diretamente o indicado como titular do direito, porquanto a lei entende que sob determinadas circunstâncias (eventos suspensivos e interruptivos) não seria razoável exigir do dito titular a delimitação de prazo<sup>35</sup>. Como a lei caracteriza-se por abstração e impessoalidade, – transcorrendo,

<sup>35</sup> Aponta Neves (2008) que há significados distintos para a prescrição e decadência nas searas do Direito Tributário, Penal e Civil. Defende-se que os distintos significados indicam correspondentes adaptações aos imediatos efeitos em cada disciplinamento jurídico; porém, sendo o direito uno, dividindo-se apenas por questões didáticas, prescrição e decadência servem ao mesmo interesse geral, não havendo modificações nas suas estruturas em razão de diferentes denominações da matéria jurídica.

suspendendo ou interrompendo o prazo – de qualquer forma alcança-se segurança jurídica.

“Optamos, pois, por uma leitura da segurança que nela identifique conteúdos de uma ordem jurídica pautada pela busca da isonomia e dos valores constitucionalmente caros” (NEVES, 2008, p. 39). Não se trata de mera segurança formal, distante dos ideais de justiça social e aproximada de Estados Totalitários, mas de segurança jurídica material, capaz de contribuir para o efetivo bem-estar social.

Arrematando e dando especial destaque ao instituto da **interrupção**, afirma-se o seguinte:

- a) Prazo não é qualquer período de tempo, mas aquele qualificado pela possibilidade do exercício de direitos durante seu curso;
- b) O direito, pois, já existe, podendo ser exercitado desde logo dentro do prazo;
- c) Exaurido o prazo prescricional, extinto está o direito até então exercitável;
- d) O fim do prazo beneficia aquele que se submeteria ao exercício do direito por seu titular;
- e) Para o não prejuízo do titular do direito, impedido de exercitá-lo por razões alheias à sua vontade (em casos taxativos), criou a lei o instituto interrupção;
- f) Encontra-se, portanto, a interrupção atrelada ao instituto do prazo prescricional;

g) O efeito da interrupção consiste em provocar o reinício do prazo – por inteiro – para aquele que fora impedido de exercitar o direito que já detinha a fim de que possa fazê-lo;

h) A interrupção beneficia diretamente o titular do direito;

i) O fim maior da interrupção e dos prazos prescricionais, nos quais se encontra inserido, é a segurança jurídica.

### 3.2 ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Os julgados abaixo – dos Tribunais Superiores – referem-se ao entendimento quanto ao reinício da contagem do período de 1/6 em razão do cometimento de falta grave.

#### 3.2.1 Identificação dos julgados

A 5ª turma do Superior Tribunal de Justiça é uníssona em afirmar que a prática de falta grave “interrompe” a contagem do “prazo” para a obtenção do benefício da progressão de regime prisional. Com o propósito de dar confirmação a tal afirmação, alguns julgados foram destacados: Recurso em Habeas Corpus 13926/RJ (BRASIL, 2003b), Habeas Corpus 12453/SP (BRASIL, 2001), Recurso em Habeas Corpus 8078/RJ (BRASIL, 1999b) e Habeas Corpus 138548/RJ (BRASIL, 2010i).

No Recurso em Habeas Corpus 13926/RJ (BRASIL, 2003b), relatado pelo Ministro Félix Fischer, entendeu-se que há “interrupção” do “prazo” quando do cometimento de falta grave pelo apenado. Então, o preso não teria cumprido o



requisito objetivo do “prazo” mínimo de 1/6. Como precedente, citou-se o Habeas Corpus 12453/SP (BRASIL, 2001), também julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. Quanto à doutrina usada para fundamentação, citou-se apenas Julio Fabrini Mirabette.

O Ministro Gilson Dipp, acompanhado unanimemente pelos Ministros Edson Vidigal, José Arnaldo e Félix Fischer, quando do julgamento do Habeas Corpus 12453/SP (BRASIL, 2001), entendeu que “o cometimento de falta grave interrompe a contagem do prazo exigido para a concessão do benefício da progressão de regime prisional”. Como precedentes, citam-se os Habeas Corpus 7714/SP (BRASIL, 1999a), Recurso em Habeas Corpus 8078/RJ (BRASIL, 1999b) e Recurso Especial 62462/RS (BRASIL, 1996).

Recurso em Habeas Corpus 8078/RJ (BRASIL, 1999b), cujo relator foi o Ministro José Arnaldo da Fonseca, informa o seguinte:

Não tem direito à progressão de regime o apenado que se encontra foragido, eis que a fuga constitui falta grave incompatível com a mencionada progressão, a qual deve ser lastreada não só no requisito objetivo – cumprimento de pelo menos 1/6 da pena no regime anterior – mas também no requisito subjetivo, qual seja o mérito do apenado.

Entendeu o julgador, conforme ementa de seu voto, que a falta grave, destacadamente a fuga do condenado, é incompatível com a progressão de regime por ausência do cumprimento do requisito subjetivo.

Mais recentemente, o Ministro Jorge Mussi, quando do relato do Habeas Corpus 138548/RJ (BRASIL, 2010i), acompanhado unanimemente pelos Ministros Arnaldo Esteves Lima, Laurita Vaz e Napoleão Nunes Maia Filho, entendeu que a falta grave viola o requisito objetivo temporal. De acordo com o voto do relator “[...] a prática de falta de natureza grave interrompe a contagem do lapso exigido à

progressão de regime, para fins de preenchimento do requisito objetivo previsto no art. 112 da Lei de Execução Penal”. O acórdão do qual decorreu o entendimento fulcrou-se também apenas na doutrina de Mirabete (2007, p. 416), a qual dispõe:

O cometimento de falta grave pelo preso que cumpre pena em regime fechado acarreta a interrupção do tempo de pena para efeito de progressão, iniciando-se nova contagem de 1/6 do restante da reprimenda a cumprir, para a obtenção da promoção. O mesmo ocorre se, estando no cumprimento da pena remanescente em regime semiaberto, decretar o juiz a regressão para um dos regimes mais severos.

Como precedentes foram citados a Petição 5744/SP (BRASIL, 2008f), Habeas Corpus 82753/SP (BRASIL, 2007b), Agravo Regimental no Recurso Especial 1027768/RS (BRASIL, 2008b) e Agravo Regimental no Recurso Especial 1030964/RS (BRASIL, 2008c), todos do Superior Tribunal de Justiça.

O Supremo Tribunal Federal, por intermédio de suas turmas, apresenta solução semelhante ao entendimento supramencionado da 5ª turma do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal: Habeas Corpus 850499/SP (BRASIL 2005b), Recurso em Habeas Corpus 856055/SP (BRASIL 2005d), Habeas Corpus 958834/RS (BRASIL, 2008g) e Habeas Corpus 101910/RS (BRASIL 2010o).

Habeas Corpus 850499/SP (BRASIL 2005b), tendo como relator o Ministro Joaquim Barbosa, também adotando a terminologia “interrupção” para designar reinício, entende ser a falta grave promotora da regressão (art. 118 da Lei de Execução Penal) e fator “interruptivo” do lapso temporal para a concessão do benefício da progressão.

O Ministro Gilmar Ferreira Mendes, no Recurso em Habeas Corpus 856055/SP (BRASIL 2005d), doutrina que “com efeito, após o cometimento da falta

grave, restava ao recorrente, como forma de **apenação**, [...] a recontagem do prazo para progressão do regime, [...]”. Segundo seu entender, portanto, a falta grave gera “efeito interruptivo”, além de apresentar natureza de sanção (grifou-se).

No Habeas Corpus 958834/RS (BRASIL 2008g), o Ministro Eros Grau, como relator, assim se posicionou: “[...] em caso de falta grave, é de ser reiniciada a contagem do prazo de 1/6, exigido para a obtenção do benefício da progressão no regime de cumprimento da pena”.

E por último, no Supremo Tribunal Federal, em decisão recentíssima, o Ministro Dias Toffoli, acompanhado pelos Ministros Marco Aurélio, Ayres Britto e Carmen Lúcia, na relatoria do Habeas Corpus 101910/RS (BRASIL 2010o), afirma que “em caso de falta grave, impõe-se a regressão de regime e a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, [...]”. Para os Ministros, o cometimento de falta grave, além de implicar regressão, faz surgir um novo termo inicial para se contar o período necessário à progressão.

No que concerne ao entendimento de que a falta grave não geraria reinício, a 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça, somente por maioria de votos, por vezes afirmou que a prática de falta grave não “interromperia” a contagem do “prazo” para a obtenção do benefício da progressão de regime prisional, senão vejamos os seguintes julgados: Habeas Corpus 82809/SP (BRASIL 2008d), Habeas Corpus 92961/SP (BRASIL, 2008e) e Habeas Corpus 105679/SP (BRASIL, 2009).

No Habeas Corpus 82809/SP (BRASIL, 2008d), cujo relator foi o Ministro Nilson Naves, entendeu-se, citando como precedentes o Recurso Especial 777029/RS (BRASIL, 2006) e Habeas Corpus 34840/RJ (BRASIL, 2004); respectivamente, que se prática de falta grave obrigar o sentenciado a cumprir mais do que o mínimo previsto em lei, estar-se-ia criando requisito objetivo não previsto

legalmente; além de que o cometimento de falta grave não deve implicar a “interrupção” do “prazo” à míngua de previsão legal. Tal entendimento foi acompanhado pelos Ministros Hamilton Carvalhido e Maria Thereza de Assis Moura.

De forma semelhante, no Habeas Corpus 92961/SP (BRASIL, 2008e), o Ministro Nilson Naves, acompanhado pela Min. Maria Thereza de Assis Moura – vencidos – entenderam que ter como efeito da falta grave a “interrupção” do prazo legal à aquisição do livramento condicional é violar o princípio da reserva legal.

Por último, no Habeas Corpus 105679/SP (BRASIL, 2009), em que pediu *vênia* às distintas maneiras de pensar, o Ministro Nilson Naves afirmou: “[...] estou aqui votando pela concessão da ordem a fim de a falta grave não seja considerada como marco interruptivo da contagem dos prazos – requisito objetivo – dos benefícios da execução penal”. Por essa ocasião, esteve acompanhado pelo voto da Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

### 3.2.2 Análise dos julgados quanto à eventual necessidade de reinício de prazo em razão de falta grave

Com base nas informações constantes dos acórdãos descritos, necessária a análise de seus conteúdos quanto ao reinício ou não do período de 1/6 em razão do cometimento de falta grave pelo apenado.

Primeiramente, apenas por apreço à boa técnica, deve-se observar que o emprego do termo “prazo” é inapropriado no contexto objeto do estudo. Conforme exposição pretérita, prazo significa tempo delimitado ou período de tempo no qual se pode ou se deve exercitar um direito. De acordo com dicionário Ferreira (2004),

**prazo** “é tempo determinado” e “espaço de tempo durante o qual deve realizar-se alguma coisa”.

No tempo compreendido entre o início e o fim de 1/6 da pena, citado pelo art. 112 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 2010g), não é possível ao apenado o exercício da progressão. Tem o apenado direito eventual ou expectativa do direito ao exercício da progressão, carente de pretensão, até a verificação positiva e simultânea dos requisitos. Consoante antes destacado, trata-se o período de 1/6 de requisito condicionante à posterior aquisição em concreto e exercício do direito. Somente quando preenchidos os requisitos, o direito material à progressão é adquirido. Impossível, pois, durante o período tratado, a realização (aquisição e/ou exercício) do direito à progressão.

Dessa forma, o dado terminológico próprio seria “período” ou “tempo” mínimo a ser cumprido, necessário à aquisição da progressão.

No que concerne ao instituto jurídico “interrupção”, abordando seu conceito, natureza jurídica, motivo, efeito e finalidade, além de que a quem favorece, destacam-se algumas observações antes feitas: a) encontra-se, em regra, a interrupção atrelada ao instituto do prazo, mais especificamente o prescricional; b) para o não prejuízo do titular do direito, impedido de exercitá-lo por razões alheias à sua vontade (em casos específicos), criou a lei o instituto interrupção; c) como o efeito da interrupção consiste em provocar o reinício do prazo – por completo – para aquele que fora impedido de exercitar o direito que já detinha, a interrupção beneficia diretamente o titular do direito; e d) o fim maior da interrupção é a segurança jurídica.

Como não se trata de prazo o cumprimento mínimo de 1/6, não seria possível a existência da interrupção nesse contexto. A interrupção tem como efeito

primário o reinício de prazo. Não havendo prazo, impossível interromper o que não existe.

Oportuno fazer distinção entre o instituto da interrupção e seu efeito. Não se pode confundi-los como se um só fossem. Compreende-se ter a interrupção como efeito principal o reinício do prazo concedido por lei ao titular do direito a fim de que possa nesse período delimitado exercê-lo. Reinício, pois, é efeito da interrupção, não se confundindo com o mesmo.

Pode-se afirmar que a interrupção provoca o reinício do prazo, mas nem todo reinício é consequência da interrupção. Observe-se, a título de exemplo, o que preceituado no art. 183 do Código de Processo Civil (BRASIL, 2010f) quanto ao reinício do prazo para a prática de ato processual quando por motivo justo e imprevisível o legitimado para realizá-lo não pode fazê-lo<sup>36</sup>. Nesse caso, o juiz, considerando o evento extraordinário, deve determinar o reinício do prazo em razão de sua devolução.

No caso em que há falta grave, defende-se o reinício do tempo ou período de 1/6 a ser cumprido pelo encarcerado, porém não como decorrente do instituto interruptivo.

Segundo o art. 112 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 2010g), há dois requisitos a serem efetivamente verificados – **simultaneamente** – para posteriormente ser declarado o direito ao exercício da progressão: bom

---

<sup>36</sup> “Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa. § 1º Reputa-se justa causa o evento imprevisível, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário. § 2º Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar”.

“Para a caracterização da justa causa exige-se a presença conjunta dos três requisitos obrigatoriamente (fato imprevisível, não submetido à vontade da parte e impeditivo da prática do ato); faltando apenas um deles, não há justa causa” (MACHADO, 2007, p. 177). Difere do reinício decorrente da interrupção, no qual se exige, em regra, a previsão legal de seus eventos causadores, não dando margem à imprevisão legal.

comportamento carcerário e tempo mínimo de 1/6 no regime mais severo. Ou seja, durante todo o período em que permanece o apenado no regime mais severo, deve ele adequar-se a algumas regras e normas que tutelam o cárcere, a administração carcerária e a todas de caráter penal em geral, sob pena de não se apresentar a condição legal do bom comportamento. Não basta, então, a verificação de apenas um dos requisitos naquele período, mas de ambos.

Imagine-se a hipótese em que o período de 1/6 corresponda a doze meses. Em regra, somente ao final do referido tempo é que seria verificado se os requisitos estariam presentes. No mesmo caso hipotético, digamos que o condenado cometesse falta grave ao final do terceiro mês de iniciado o tempo de 1/6. Caso não houvesse o reinício do período de 1/6, teria o apenado de aguardar o final dos doze meses para somente então ser declarada a impossibilidade de progressão em razão da desobediência ao bom comportamento exigido. O reinício, então, significa que não será preciso o apenado aguardar os nove meses restantes para o alcance dos doze a princípio previstos. Quando do término da consumação da falta grave, no caso hipotético por volta do terceiro mês, em razão do reinício, o apenado se beneficia com recontagem, a qual se iniciará bem antes do término dos doze meses.

O começo da contagem do novo período, por iniciar-se antes do final do período inicialmente previsto, beneficia o condenado. Orsi Netto (2008) afirma o seguinte a respeito do tema:

Com efeito, o que a LEP exige, quando o magistrado determina a regressão do sentenciado, para uma nova progressão de regime, é o cumprimento de novo lapso temporal pela pena remanescente, da mesma forma que ocorre com o sentenciado promovido do regime fechado para o semiaberto, pois para que este consiga uma nova progressão, doravante para o regime aberto, é necessário também o cumprimento de novo lapso temporal pela pena remanescente; e, nesta última hipótese, ninguém se atreve a dizer que houve interrupção de lapso. Destarte, a necessidade de cumprimento de um novo lapso temporal em caso de regressão, como requisito objetivo exigido pela lei para uma nova progressão de regime, nada mais é do que uma

decorrência lógica deste instituto, cuja natureza jurídica, repita-se mais uma vez, é de forma de execução da pena privativa de liberdade.

Entende-se ser medida de política criminal extremamente importante, adequada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, razoabilidade, individualização da pena e reserva legal, porquanto ao invés de aguardar o transcurso do saldo do período, já conhecendo o resultado negativo da análise dos condicionantes da progressão, mantém-se a apreciação simultânea dos requisitos. Então, oportuniza-se ao encarcerado que demonstre colaboração com o sistema de execução penal bem antes do que literalmente poder-se-ia fazê-lo.

É, dessa forma, medida que não prejudica apenado, não se tratando de “apenação”, segundo entendem alguns. Vem ao encontro dos interesses de todos os envolvidos com a execução e o fim da pena, inclusive o condenado.



## CONCLUSÃO

A progressão de regime prisional é uma das maiores expressões do direito fundamental da individualização da pena. Sua existência implica disposição legal de diversos regimes de pena privativa de liberdade.

O sucesso da progressão é dever do Estado, da sociedade e do próprio preso. Não se trata de mero direito material deste. Vai além; pois ao dever dos órgãos constituídos, da sociedade e do preso no implemento e sucesso da progressão, corresponde o direito da sociedade de alcançar – juntamente com a participação do preso e do Estado – o reingresso à sociedade do então aprisionado.

Dessa forma, como o objetivo ao convívio social em razão também da reeducação não é apenas do condenado, a progressão de regime tem natureza de direito material indisponível.

Inserido na sistemática da execução da pena, titulariza o apenado direitos, entre os quais a progressão, do qual não pode dispor; porquanto há um interesse maior de toda a sociedade em ver o então preso apto ao convívio social, contribuindo para o seu bem-estar e dele se beneficiando.

No contexto dos requisitos objetivo e subjetivo para a aquisição da progressão, surge o conceito de mérito.

Com a vigência da Constituição Federal de 1988, deve-se entender Mérito como elemento motivador do exercício da progressão em razão da constatação, por meios objetivos, do implemento de todos os requisitos (objetivo e subjetivo) previstos em lei.

Não deve o mérito encontrar-se atrelado ao requisito subjetivo, segundo pode parecer com a leitura isolada da Exposição de Motivos 213, item 20, haja vista não ser de responsabilidade exclusiva do preso a eficácia da sistemática de execução penal. O eventual merecimento ao exercício da progressão não é unicamente do preso, mas também da sociedade e do Estado; então, o Mérito, caso existente, decorre da ação de todos aqueles inseridos no contexto da execução penal.

Especificamente quanto ao requisito subjetivo, destaca-se o Exame Criminológico. É instrumento, conquanto passível de falhas, que de forma mais eficaz alcança o objetivo de fornecer elementos nos quais, com maior segurança, o juiz deve embasar-se para decidir sobre a progressão.

Trata o conteúdo do exame criminológico de resultado decorrente de análise objetiva, tendo como objeto o aspecto subjetivo da condição do preso. Teoricamente, sem olvidar de eventuais outros meios, a apreciação técnica exteriorizada pelo exame criminológico distancia-se da arbitrariedade, então, em obediência ao princípio e norma fundamental individualizadora.

A redação do art. 112 da Lei de Execução Penal prevê expressamente, para o alcance da progressão, a necessidade de verificar-se o bom comportamento do apenado e o cumprimento do tempo mínimo de 1/6 no regime anterior mais severo.

Não existe celeuma quanto à natureza jurídica do requisito objetivo-temporal de 1/6; porém, fez-se necessário maior aprofundamento quanto ao instituto do bom comportamento.

Tendo como conceito de Bom Comportamento a obediência a alguns regramentos administrativos no cárcere e às normas penais criminais de forma geral; expressando somente ajustamento de conduta e padrão comportamental, chegou-se à conclusão de que o requisito do bom comportamento tem natureza objetiva, o qual se denominou requisito “objetivo-comportamental”.

Portanto, na conformidade do art. 112 da Lei de Execução Penal, dois requisitos objetivos condicionam à aquisição do direito de exercitar a progressão.

Resumidamente, o conceito de individualização da pena em função da progressão oferece distintas intensidades de privação de liberdade ao apenado em razão de sua conduta criminosa, circunstâncias do crime, além de elementos pessoais do apenado como idade, sexo e atributos de natureza psicossocial. Dessa forma, não ocorrendo progressão também em função de elementos psicossociais, conclui-se pela possível inconstitucionalidade do art. 112 da Lei de Execução Penal.

Como parece não se exigir do referido artigo a necessidade de apreciação de requisito subjetivo, ordenado pela Constituição Federal de 1988 na figura do direito à individualização da pena, desobediente à lei maior o dispositivo da Lei de Execução Penal supramencionado.

A possibilidade de realização do exame criminológico não tornaria, por si só, o dispositivo constitucional. Exame Criminológico é instrumento, não se tratando de requisito. Não sendo exigido requisito subjetivo, deixando-se a realização do exame técnico à livre decisão do magistrado, parece suficiente para tornar passível de inconstitucionalidade a norma legal em apreço tendo por base, inclusive, o princípio constitucional da reserva legal.

Durante um tempo, divergiram-se as turmas do Superior Tribunal de Justiça quanto à possibilidade ou não de “interrupção” do “prazo” de 1/6 em razão do cometimento de falta grave.

Primeiramente, refletiu-se sobre os conceitos de prazo e do instituto jurídico interrupção. Prazo é a denominação para período dentro do qual exercita-se direito. Ao prazo encontra-se intimamente ligada a interrupção, a qual tem como maior efeito o reinício daquele.

Com base na identificação e análise de diversos acórdãos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, chegou-se a alguns resultados: a) por não ser possível o exercício da progressão no período de 1/6, não se trata o tempo mencionado de prazo; b) se não há prazo, é de constatação lógica a impossibilidade de interrupção do referido tempo.

Defende-se neste trabalho que a falta grave provoca; sim, o reinício da contagem do tempo de 1/6; porém em benefício do apenado. Trata-se de medida de política criminal que privilegia o preso, pois se assim não fosse, teria o condenado praticante de falta grave (expressão de mau comportamento) de aguardar o término de 1/6 da pena para ouvir declaração de inaptidão à espécie de regime mais branda.

Em decorrência do reinício, não se aguarda o término do período de 1/6 para a verificação formal da existência simultânea dos dois requisitos: bom comportamento e 1/6 da pena. Como, em regra, somente ao final de 1/6 no regime mais severo levantam-se dados do comportamento do preso para fins da progressão; não havendo o reinício, estaria postergado no tempo novo início do prazo de 1/6 para futuro pedido de declaração de progressão.

O reinício, ao contrário de sanção, resulta de interpretação legal fulcrada na razoabilidade, obediente aos ditames da dignidade da pessoa humana e individualização da pena.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Rosmar A. R. C. de; TÁVORA, Nestor. *Curso de Direito Processual Penal*. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2009.

AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

BARROS, Carmen Silvia de Moraes. *A individualização da pena na Execução Penal*. São Paulo: RT, 2001.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Manual de Direito Penal: Parte Geral*. 5. ed. São Paulo: RT, 1999.

BRASIL. *Código Penal*: Decreto-lei nº. 2848, de 07 de dezembro de 1940. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Código de Processo Penal*: Decreto-lei nº. 3689, de 03 de outubro de 1941. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2010c.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 8072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2010d.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 10406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2010e.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 10792, de 1 de dezembro de 2003. Altera a Lei nº. 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. Brasília, 2 de dez. de 2003a. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 27 de set. 2010. 15:11.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11464, de 28 de março de 2007. Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº. 8072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos, nos termos do

inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal. Brasília, 29 de mar. de 2007a. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 27 de set. 2010. 15:11.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11690, de 9 de junho de 2008. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. Brasília, 10 de jun. de 2008a. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 17 de out. 2010. 14:48.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 5869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2010f.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 7210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal, acompanhada da Exposição de Motivos da Lei de Execução Penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 7210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2010g.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. AgRgResp 1027768/RS (2008/0022602-1), 5ª turma. Recorrente: Bruno Wagner Cezimbra Martinez. Recorrido: Ministério Público do Rio Grande do Sul. Relator Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília, DJ 25 ago. 2008b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. AgRgResp 1030964/RS (2008/0026956-7), 6ª turma. Recorrente: Lázaro Antônio de Moura Alves. Recorrido: Ministério Público do Rio Grande do Sul. Relator Paulo Gallotti. Brasília, DJ 16 jun. 2008c.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 105679/SP (200800957075), 6ª turma. Impetrante: Daniel Azevedo Noronha. Impetrado: Tribunal de Justiça de São Paulo. Paciente: José Rinaldo Ferreira da Silva. Relator Nilson Naves. Brasília, DJ 23 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 12453/SP (2000/0020493-5), 5ª turma. Impetrante: Geraldo Sanches Carvalho. Impetrado: 8ª Câmara do Tribunal de Alçada de São Paulo. Paciente: Eduardo José de Santana. Relator Gilson Dipp. Brasília, DJ 23 abr. 2001.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 138.386/SP (2009/0108820-6), 6ª turma. Impetrante: Cláudia Alice Moscardi. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Paciente: Marco Antônio de Almeida. Relator Og Fernandes. Brasília, DJ 06 de maio de 2010h.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 138548/RJ (2009/0109766-0), 5ª turma. Impetrante: Américo Luiz Diogo Grilo. Impetrado: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Paciente: Atayde Gomes Amado Júnior. Relator Jorge Mussi. Brasília, DJ 15 mar. 2010i.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 166.838/SP (2010/0053319-0), 6ª turma, Impetrante: Fernanda Dias Rossi. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Paciente: Alberto de Siqueira Silva. Relator Celso Limongi. Brasília, DJ 25 de maio de 2010j.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 169.365/SP (2010/0068949-5), 6ª turma. Impetrante: Luciano Castrequini Bufulin. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Paciente: Sérgio Pinto da Silva. Relatora Maria Thereza de Assis Moura. Brasília, DJ 12 de maio de 2010l.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 34840/RJ (200400518733), 6ª turma. Impetrante: Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Impetrado: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Paciente: Renato Martins Gonçalves. Relator Paulo Medina. Brasília, DJ 17 dez. 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 7714/SP (98/0049845-1), 5ª turma. Impetrante: Carlos de Moraes Almeida. Impetrado: Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Paciente: Carlos de Moraes Almeida. Relator José Arnaldo da Fonseca. Brasília, DJ 24 maio 1999a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 82753/SP (2007/0106726-7), 5ª turma. Impetrante: Franciane de Fátima Marques. Impetrado: Tribunal de Justiça de São Paulo. Paciente: Márcio Antônio Gaspar Rodrigues. Relator Laurita Vaz. Brasília, DJ 19 nov. 2007b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 82809/SP (20070107616-5), 6ª turma. Impetrante: José Costa. Impetrado: Tribunal de Justiça de São Paulo. Paciente: Alexandre Nori Mortari. Relator Nilson Naves. Brasília, DJ 26 maio 2008d.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 92961/SP (2007/0248251-5), 6ª turma. Impetrante: Gustavo Soubhie. Impetrado: Tribunal de Justiça de São Paulo. Paciente: Edimilson Pereira da Silva. Relator p. Acórdão Hamilton Carvalhido. Brasília, DJ 8 set. 2008e.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Pet. 5744/SP (2007/0159297-8), 5ª turma. Requerente: Celso Galli. Requerido: Justiça Pública. Relator Felix Fischer. Brasília, DJ 22 abr. 2008f.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resp 777029/RS (2005/0141993-6), 5ª turma. Recorrente: Ministério Público do Rio Grande do Sul. Recorrido: Alexandre Reck da Rosa. Relator Felix Fischer. Brasília, DJ 18 dez. 2006.



\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resp. 62462/RS (1995/0013010-6), 6ª turma. Recorrente: Renato de Paula Camargo. Recorrido: Ministério Público do Rio Grande do Sul. Relator Vicente Leal. Brasília, DJ 17 jun. 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. RHC 13926/RJ (2003/0002216-6), 5ª turma. Recorrente: Flávio Jorge Martins. Recorrido: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Paciente: Timóteo Barbosa de Souza. Relator Felix Fischer. Brasília, DJ 22 abr. 2003b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. RHC 8078/RJ (98/0084697-2), 5ª turma. Recorrente: Flávio Jorge Martins. Recorrido: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Paciente: Silvio Carlos Carneiro de Andrade. Relator José Arnaldo da Fonseca. Brasília, DJ 22 fev. 1999b.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº. 716**. Admite-se a progressão de regime de cumprimento de pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2010m.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 104.014/SP, 2ª turma, Impetrante: Defensoria Pública da União. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Paciente: Claudemir Aparecido Belo Robles. Relator Gilmar Mendes. Brasília, DJ 14 de set. 2010n.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 101910/RS, 1ª turma. Impetrante: Defensoria Pública da União. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Paciente: Amair José dos Santos. Relator Dias Toffoli. Brasília, DJ 18 jun. 2010o.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 74.316-1/SP, 2ª turma. Impetrante: Silvio Fernando Amorelli Marques. Impetrado: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Paciente: Silvio Fernando Amorelli Marques. Relator Néri da Silveira. Brasília, DJ 06 de out. de 2000.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 829597/SP, 1ª turma. Impetrante: Oséas de Campos. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Paciente: Oséas de Campos. Relator Marco Aurélio. Brasília, DJ 4 out. 2005a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 85049-9/SP, 2ª turma. Impetrante: PGE-SP, Assistência judiciária. Impetrado: STJ. Pacientes: Maria Silvia Talpo. Relator Joaquim Barbosa. Brasília, DJ 01 de mar. 2005b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 850499/SP, 2ª turma. Impetrante: Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Paciente: Maria Silvia Talpo. Relator Joaquim Barbosa. Brasília, DJ 05 ago. 2005c.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HC 958834/RS, 2ª turma. Impetrante: Defensoria Pública da União. Impetrado: Relator do Resp 1016398/RS do STJ. Paciente: Paulo César Gonzaga dos Santos. Relator Eros Grau. Brasília, DJ 19 dez. 2008g.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. RHC 856055/SP, 2ª turma. Recorrente: Irineu Joaquim Ribeiro. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator Gilmar Ferreira Mendes. Brasília, DJ 14 out. 2005d.

CONDIÇÃO. In: Minidicionário Luft. 20. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DINIZ, Maria Helena. *Código Civil Anotado*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERREIRA, Gilberto. *Aplicação da pena*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FIGUEIREDO, Antônio Borges de; MARTINS, Alan. *Prescrição e Decadência no Direito Civil*. 3. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GOULART, José Eduardo. *Princípios informadores do Direito da Execução Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

JORGE, Mario Helton. Execução da pena privativa de liberdade: conseqüências na progressão do regime penitenciário, decorrentes da prática de falta grave, durante o cumprimento da pena. *Emap (Escola da Magistratura do Paraná)*. Disponível em: <http://www.amapar.com.br/emapcom/?conteudo=biblioteca&tipo=artigos>. Acesso em: 1 nov. 2010. 15:49.

KUEHNE, Maurício. *Lei de Execução Penal anotada*. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

LEAL, João José; LEAL, Rodrigo José. Crime hediondo e progressão de regime prisional: a nova lei 11.464/2007 à luz da política criminal. *Repertório de jurisprudência IOB: Civil, Processual, Penal e Comercial*, v. 3, n. 16, p. 490-502, ago. 2007.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil: *Teoria Geral do Direito Civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LOPES, Renan Kfuri. Retrospectiva das principais legislações introduzidas em 2007. *Seleções jurídicas – Adv – Advocacia dinâmica*, v. 1, p. 29-45, jan. 2008.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado*: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 6. ed. São Paulo: Manole, 2007.

MARANHÃO, Douglas Bonaldi. Princípios da personalidade e da individualização da pena no Direito Penal moderno. *Revista Jurídica da Unifil*. Londrina, v. 5. n. 5, p. 55-66, 2008. Disponível em: <[http://web.unifil.br/docs/juridica/05/Revista%20Juridica\\_05.pdf](http://web.unifil.br/docs/juridica/05/Revista%20Juridica_05.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2010. 18:05.

MARCÃO, Renato Flávio. Crise na Execução Penal. *Mundo Jurídico*. 15 de set. 2003. Disponível em <[http://www.mundojuridico.adv.br/sis\\_artigos/artigos.asp?codigo=571](http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=571)>. Acesso em: 2 nov. 2010. 16:08.

\_\_\_\_\_. *Curso de Execução Penal*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARQUES, José Frederico. *Tratado de Direito Penal -volume III-* O delinqüente, a sanção penal e a pretensão punitiva. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1966.

MESQUITA JÚNIOR, Sidio Rosa de. *Execução criminal*: teoria e prática: doutrina, jurisprudência, modelos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução Penal*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. *Processo Penal*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, Gustavo Kloh Muller. *Prescrição e Decadência no Direito Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis penais e processuais penais comentadas*. 4. ed. São Paulo: RT, 2009.

ORSI NETTO, Alexandre. Falta disciplinar grave como fator de interrupção de lapso temporal de cumprimento de pena. Interpretação equivocada da LEP. *Jus Navigandi*, Terezina, ano 12, n. 1833, 8 jul. 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11469>. Acesso em: 6 nov. 2010. 14:14.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Reclamação em Agravo 46.163-8, Acórdão 8524, 2ª Câmara Criminal. Relator Desembargador Gil Trotta Telles. Curitiba, DJ 07 de mar. de 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Reclamação em Agravo 83.570-3, Acórdão 12.017. 1ª Câmara Criminal. Relator Desembargador Moacir Guimarães. Curitiba, DJ 28 de fev. de 2000.

PASSARELLI, Francesco Santoro. *Dottrine Generali del Diritto Civile*. 9. ed. Napoli: Jovene, 1986.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *O crime e a pena na atualidade*. São Paulo: RT, 1983.

PINHO, Rodrigo César Rebello. *Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PITOMBO, Sérgio de Moraes. *Os regimes de cumprimento de pena e o exame criminológico*. São Paulo: Revista dos Tribunais 583, 1984.

PRADO, Luis Regis. *Curso de Direito Penal*. Parte Geral. 8. ed. São Paulo: RT, 2008.

PRAZO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004.

\_\_\_\_\_. In: *Minidicionário Luft*. 20. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ROXIN, Claus. *Iniciación al Derecho Penal de Hoy*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1981.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Agravo 99.012564-5. 2ª Câmara Criminal. Relator Desembargador Nilton Macedo Machado. Florianópolis, DJ 14 de set. 1999.

SANTOS, Liziane dos. Uma nova proposta de atuação: os reflexos penais da decisão do Supremo Tribunal Federal no HC 82.959-7/SP e da lei 11.464/2007.

*Revista jurídica: órgão nacional de doutrina, jurisprudência, legislação e crítica judiciária*. Porto Alegre, v. 56, n. 364, p. 111-132, fev. 2008.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação 1083.985/9, 13ª Câmara Criminal. Relator Juiz Rui Stoco. DJ 17 de fev. 1998.

SILVA, Marcelo Gomes. Fim do exame criminológico. *Buscalegis*, mar. 2009. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/13007/public/13007-13008-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010. 10:55.

SILVA, Sérgio André R. G. da. Alguns apontamentos sobre os Institutos da Prescrição e da Decadência. *Revista Dialética de Direito Processual*. São Paulo, n. 7, p. 86-107, out. 2003.

TORRES, Leticia Assunção. O princípio constitucional da individualização da pena em exercício ao princípio da dignidade da pessoa humana. *Viajus*, Porto Alegre, 4 de jul. 2006. Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=470>. Acesso em: 16 set. 2010. 14:00.

VIDIGAL, Luiz Eulálio de Bueno. *Da execução direta das obrigações de prestar declaração de vontade*. São Paulo, 1940.

ZANONI, Lísias Camargo Andrade. Ensaio sobre o fenômeno jurídico da regressão de regime. *Buscalegis*, mar. 2009. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/17998/public/17998-17999-1-PB.htm>. Acesso em: 13 out. 2010. 11:01.